

GT
29

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS
ASSENTAMENTOS URBANOS

O Caso da Vila de Namaacha, 1960-1996

Dissertação para a obtenção do grau de licenciatura
em Geografia

Estudante: António Matucho

Supervisor: dr. João Roque Maendaenda

Maputo, Junho de 1996

GT-29

F. LETRAS U.E.M. ⁰⁴
R. E. 25203
DATA 24/ Junho/ 1996
AQUIÇÃO *António*
COTA GT-29

711.4
M445c

Dedicatória

Aos meus pais.

Agradecimentos

Fica registado o meu grande reconhecimento e apreço ao dr. João Roque Maendaenda, supervisor deste trabalho, que não só aconselhou-me para prosseguir a investigação, como também apoiou-me em material que permitiu a preparação e elaboração deste trabalho; ao Arquitecto Erasmo Elias Nhachungue, director do Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), que me apoiou para a realização do trabalho de campo; ao Dr. Carlos Samaniego e aos trabalhadores da UPP; aos informadores, amigos, colegas e a todos quantos directa e indirectamente facilitaram a realização deste trabalho.

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

RESUMO

O estudo do processo de urbanização é de particular atenção para o desenvolvimento económico de Moçambique. Infelizmente, os estudos sobre o processo de urbanização que já foram realizados em Moçambique incidem nas cidades.

Este estudo examina as características ligadas à dinâmica sócio-económica, com particular atenção sobre o nível de oferta de bens e serviços básicos à população e suas influências sobre o espaço da vila de Namaacha.

A análise é feita de 1960 a 1996 e orienta-se a um marco teórico que permite um estudo mais aprofundado de forma a fornecer informação útil que possa ajudar a compreender este processo ao nível dos pequenos centros urbanos em Moçambique, como componente para delinear estratégias para o crescimento económico nas áreas urbanas.

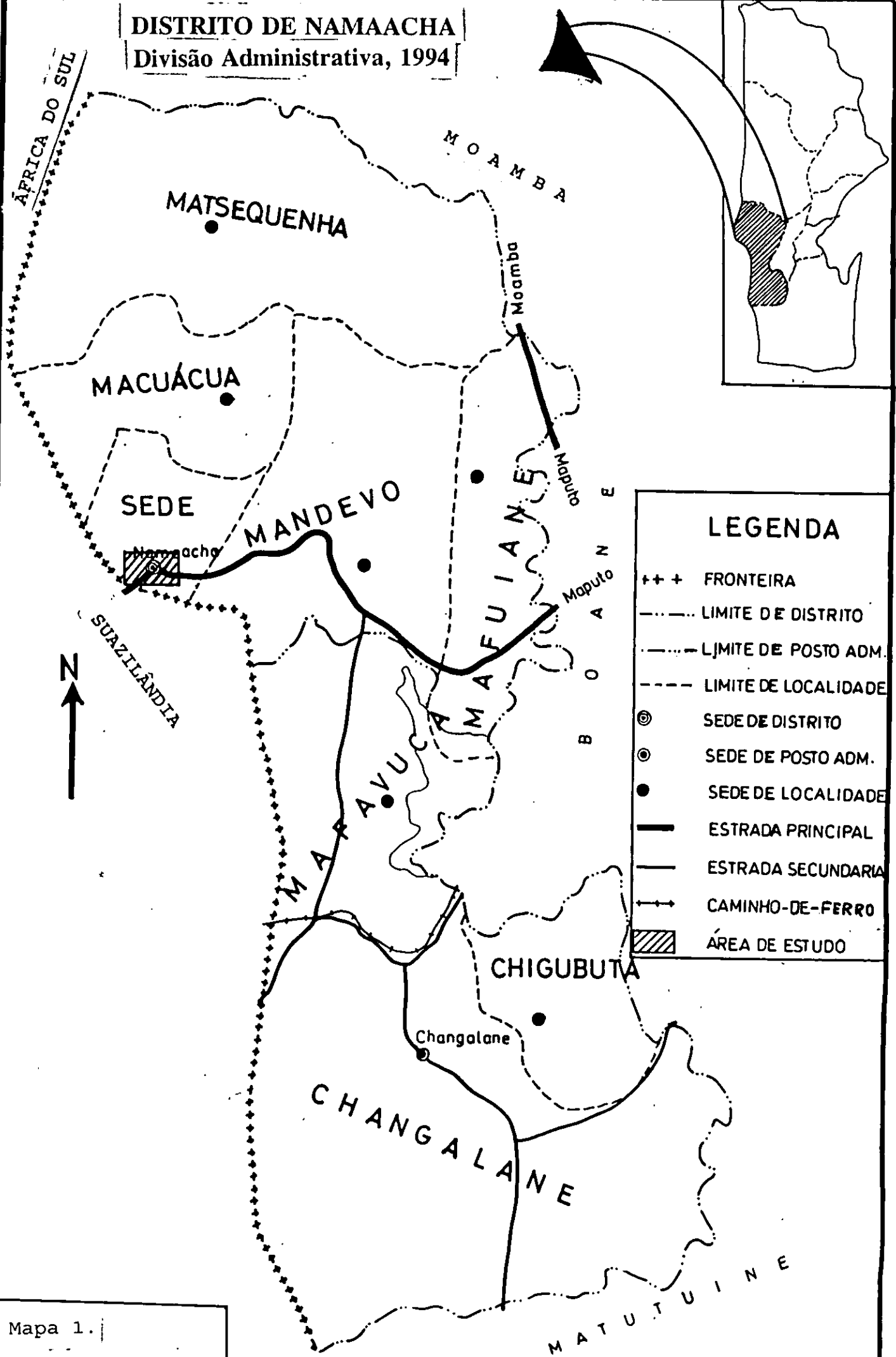
O estudo mostra que, como na maioria dos centros urbanos em Moçambique, o melhoramento da qualidade de vida da população passa necessariamente pelo incremento do investimento em infraestruturas.

No conjunto, o estudo proporciona uma visão bastante geral do estado de oferta e procura de bens e serviços na vila de Namaacha sob o ponto de vista da urbanização.

Com o fim de facilitar a compreensão, tendo em conta

a afinidade temática que se apresenta, este estudo está dividido em partes que tratam sucessivamente de aspectos metodológicos e conceptuais, aspectos fisiográficos e sócio-económicos, breves conclusões, bibliografia consultada e anexos que contêm mapas, figuras e fotos.

DISTRITO DE NAMAACHA
Divisão Administrativa, 1994



LEGENDA

- +++ FRONTEIRA
- - - - LIMITE DE DISTRITO
- · - · - LIMITE DE POSTO ADM.
- - - - LIMITE DE LOCALIDADE
- ⊙ SEDE DE DISTRITO
- ⊙ SEDE DE POSTO ADM.
- SEDE DE LOCALIDADE
- (thick) ESTRADA PRINCIPAL
- (thin) ESTRADA SECUNDARIA
- (with cross-ticks) CAMINHO-DE-FERRO
- ▨ ÁREA DE ESTUDO

Mapa 1.
 Fonte: INPF, 1996

Escala 543210 5 10 15 KM

Índice

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Marco histórico do processo de urbanização.....	1
1.2. Objectivos	3
1.3. Hipóteses	3
1.4. Metodologia	4
1.5. Crítica das fontes de informação	5
2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE "URBANO"	7
2.1. Conceito "urbano"	7
2.2. "Urbano" e sua evolução em Moçambique	8
2.3. Margem das determinações do limite de "urbano" ..	11
2.4. Tipos de assentamentos urbanos	13
4. CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS DA VILA DE NAMAACHA	15
3.1. Situação geográfica e limites	15
3.2. Geologia	15
3.3. Relevo	16
3.4. Clima e vegetação	17
3.5. Solos	19
3.6. Hidrografia	20
4. RESENHA HISTÓRICA DA VILA DE NAMAACHA	21
4.1. Antecedentes	21
4.2. Desenvolvimento da vila	22
4.3. Importância Geo-económica	24

5. CARACTERISTICAS DA POPULAÇÃO DA VILA DE NAMAACHA	28
5.1. Crescimento e tamanho da população	28
5.2. Composição da população	32
5.3. Estrutura etária da população	33
5.4. Distribuição espacial da população	35
5.5. Situação de emprego	36
5.6. Projecções demográficas	38
6. CARACTERISTICAS DO TECIDO URBANO DA VILA	
DE NAMAACHA	41
6.1. Tipologia do uso do solo	41
6.1.1. Zona de cimento	41
6.1.2. Bairros de caniço	43
6.1.3. Zonas verdes	44
6.2. Infraestruturas	45
6.2.1. Habitação	46
6.2.2. Imóveis de uso comercial	48
6.2.3. Saúde	52
6.2.4. Educação	55
6.2.5. Abastecimento de água	59
6.2.6. Fornecimento de energia eléctrica.....	61
6.2.7. Transportes e comunicações	62
6.3. Condições actuais de desenvolvimento do tecido urbano	63
6.3.1. Local e seus obstáculos	64
6.3.2. Propriedade de terra e indústria de construção	65
6.3.2. Plano urbano actual	66

	ix
6.4. Funcionamento do tecido urbano	67
6.5. Qualidade ambiental	68
6.5.1. Saneamento	68
6.5.2. Poluição	69
6.5.3. Erosão	70
6.5.4. Devastação	71
CONCLUSÕES	72
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXOS	83

Quadros

1. Limiar de definição de urbano em alguns países
seleccionados..... 12

Tabelas

1. Estação de Namaacha - Dados climáticos - 1950-1981 18
2. Distrito de Namaacha - Crescimento da população
por Postos Administrativos, 1960 - 1995 29
3. Vila de Namaacha - Nascimentos e óbitos ocorridos em
1995 30
4. Vila de Namaacha - Distribuição da população por
bairros 36
5. Vila de Namaacha - Instituições e número
de empregados 37
6. Vila de Namaacha - Projecção da população,
1980-2010 40
7. Vila de Namaacha - Variação do preço de alguns
produtos 49
8. Evolução da população escolar, 1985-1995 57
9. Evolução da população escolar por níveis,
1985-1995 57

1. Mapas

1. Distrito de Namaacha - Divisão Administrativa vi
2. Vila de Namaacha - Divisão Administrativa, 1994 .. II
3. Vila de Namaacha - Relevo III
4. Vila de Namaacha - Uso do solo V
5. Vila de Namaacha - Infraestruturas VI

Figuras

1. Perfís topográficos	IV
2. Vila de Namaacha - Gráfico termo-pluviométrico 1950-1981	VIII
3. Vila de Namaacha - Evolução da população, 1960-1996	IX
4. Estrutura etária	X
4.1. Vila de Namaacha, 1996	X
4.2. Moçambique, zonas urbanas, 1987.....	X
4.3. Moçambique, zonas rurais, 1987	X
5. Vila de Namaacha - Projecção da população, 1980-2010	XI
6. Vila de Namaacha - Evolução da população escolar 1985-1995	XII
7. Vila de Namaacha - Evolução da população escolar por níveis, 1985-1995	XIII
3. Fotos	
1. Vista da paisagem da vila de Namaacha (1996)....	XV
2. Vista do bairro de caniço (bairro "B")	XV
3. Paisagem agrícola (Bairro "A")	XVI
4. Degradação de imóveis (1996)	XVI
5. Novas salas de aulas (bairro "B")	XVII
6. Lixo, uma realidade	XVII
7. Desobstrução do sistema de saneamento	XVIII
8. Uma das ruas de Namaacha (período chuvoso) ...	XVIII

Lista de abreviaturas

- APIE** - Administração do Parque Imobiliário do Estado
- CCR** - Conselho Coordenador de Recenseamento
- CFPP** - Centro de Formação de Professores Primários
- CNP** - Comissão Nacional do Plano
- DINAGECA** - Direcção Nacional de Geografia e Cadastro
- DNE** - Direcção Nacional de Estatística
- DNFFB** - Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia
- DNG** - Direcção Nacional de Geologia
- DNPF** - Direcção Nacional de Planeamento Físico
- DPU** - Departamento de Planeamento Urbano
- EP1** - Escola Primária do 1º Grau
- EP2** - Escola Primária do 2º Grau
- ESG** - Ensino Secundário Geral
- FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- ING** - Instituto Nacional de Geologia
- INIA** - Instituto Nacional de Investigação Agronómica
- INPF** - Instituto Nacional de Planeamento Físico
- MCH** - Ministério da Construção e Habitação
- MOPH** - Ministério das Obras Públicas e Habitação
- MSF** - Médicos Sem Fronteira
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PIC** - Polícia de Investigação Criminal
- PRM** - Polícia da República de Moçambique

PRORURAL - Projectos de Reabilitação Rural

SEHA - Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola

SOGERE - Sociedade Geral de Refrigerantes

SPGC - Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro

SPPFM - Serviços Provinciais de Planeamento Físico de
Maputo

UPP - Unidade de População e Planificação

1. INTRODUÇÃO

1.1. Marco Histórico do processo de urbanização

A urbanização, independentemente da forma como é definida, tem alcançado carácter universal. No presente, é um dos eixos de maior transcendência da vida sócio-económica do mundo, pois está modificando a forma de vida da sociedade e do meio ambiente.

Urbanização é um processo que começou na antiguidade, caracterizado pelo aumento do número dos centros urbanos resultante do progresso sócio-económico e, por outro lado, por diminuição do número de centros urbanos devido aos factores naturais.

O processo de urbanização resultou da civilização humana que conduziu à transformação das estruturas produtivas de bens e serviços, processo esse que se intensificou com a Revolução Industrial.

A transformação das estruturas produtivas de bens e serviços conduziu a uma divisão de trabalho mais acentuada e especializada, com a aplicação de máquinas no processo de produção.

Este processo estimulou a migração da população para as áreas dotadas de serviços - começaram assim a surgir os primeiros centros de aglomeração populacional - acompanhados de mudança de relações de produção.

O processo de urbanização não iniciou ao mesmo tempo no espaço e não teve as mesmas características. Na Europa, este processo foi acompanhado de crescimento económico, contrariamente em África, América Latina e Médio Oriente, onde apenas conheceu o aumento da população vivendo em centros urbanos, sem, no entanto, mudanças significativas no crescimento económico capazes de responder às necessidades básicas da população, o que provocou desequilíbrios sócio-económicos nos mesmos.

Em Moçambique, o processo de urbanização adquire grande importância, especialmente para a definição de políticas populacionais como componente para o crescimento económico nas áreas urbanas.

O processo de urbanização em Moçambique começou com a criação dos primeiros centros urbanos ao longo da costa que tinham funções fundamentalmente comerciais.

No estudo do processo de urbanização em Moçambique é importante reconhecer os avanços de Rodrigues (1967), Muchangos (1987), Araújo (1988), Lopes (1992), Lima (1992) e Ibraimo (1994) que, levantam problemas nos centros urbanos, com particular atenção para as cidades, e sobre a definição de urbano em Moçambique.

Por outro lado, a análise do processo de urbanização em Moçambique é muito complexa, se se tomarem em conta as metodologias utilizadas em diferentes censos. Em geral, o crescimento da população urbana em Moçambique foi

acelerado. Em 1980, a população urbana era de 12.8% e 20.6%, em 1991, considerando apenas a população que vivia em cidades do país¹.

1.2. Objectivos

O presente trabalho tem como objectivo geral o estudo da vila de Namaacha.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- Estudar a vila de Namaacha sob o ponto de vista sócio-económico;
- Analisar a evolução do tecido urbano da vila no tempo e no espaço;
- Conhecer as características da população da vila;
- Fornecer informação útil para implementação de programas de desenvolvimento sob o ponto de vista da urbanização.

1.3. Hipóteses

- A expansão física da vila de Namaacha está em função da estrutura topográfica do local;
- O crescimento da população não é acompanhado de crescimento de oferta de bens e serviços na vila, aumentando a procura, o que tem provocado desequilíbrios

¹/ Veja-se UPP, 1992.

sociais.

1.4. Metodologia

Para a realização deste estudo foram utilizados seguintes métodos:

- Observação indirecta - que consistiu na consulta bibliográfica e análise da informação sobre a vila de Namaacha;
- Observação directa - trabalho de campo para confirmação dos factos e completar a informação;
- Descritivo-- caracterização dos principais aspectos sócio-económicos da vila de Namaacha;
- Comparativo - Análise da evolução da vila no tempo e no espaço.
- Cartográfico - leitura de mapas e fotografias aéreas sobre a evolução da vila e actualização dos dados cartográficos;
- Estatístico-matemático- consistiu na análise dos dados por amostragem. Num total de 1458 famílias enumeradas foram extraídas 142, correspondente 749 pessoas (10.2%) para a obtenção da informação sobre idades e sexos. As instituições públicas e privadas estavam enumeradas, num total de 49, tendo sido escolhidas 14 (28.6%) com base na facilidade de contacto;
- Analítico e sintético - avaliação e sistematização

da informação.

1.5. Crítica das fontes de informação

A bibliografia consultada não apresenta um padrão comum na definição de **urbano** no tempo e no espaço, como se poderá ver mais adiante. Isto criou dificuldades em dimensionar a problemática do processo de urbanização, especialmente para analisar a sua evolução.

Em Moçambique, falta de critérios essenciais para a definição de urbano é um dos grandes problemas. Nos dois períodos (colonial e pós-independência) os centros urbanos tiveram definições diferentes, o que cria dificuldades na sua comparação².

A relativa limitada informação não permitiu um estudo mais exaustivo, o que seria importante na tomada de decisões destinadas ao desenvolvimento sócio-económico da vila.

A falta de definição clara dos limites dos centros urbanos em Moçambique tem causado problemas no dimensionamento da extensão para a análise do processo de urbanização. Contudo, neste trabalho, o estudo abrange a totalidade da zona de cimento e parte da zona de caniço da vila.

²/ Vejam-se Recenseamentos de 1940-1980 e enumeração de agregados familiares de 1991.

Assim, é importante a definição clara dos limites dos centros urbanos para estudo mais detalhado sobre o processo de urbanização em Moçambique para permitir a operacionalidade dos dados com precisão.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE "URBANO"

2.1. Conceito "urbano"

A definição de **urbano** é sugestiva e heterogênea no tempo e no espaço. **Urbano** pode ser definido sob um número variado de critérios. É um conceito normativo que cria dualidade na classificação da população segundo o lugar onde reside (rural/urbano), incorporando sempre variáveis quantitativas e qualitativas, marcando assim diferenciação na sua definição.

Castells³, citado por Lopes (1992) diz que "**urbano** é uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível a uma diferenciação funcional e social maior".

Esta definição cria dificuldades no dimensionamento relativo da densidade populacional e o carácter funcional e social que lhe colocam numa posição superior aos outros aglomerados urbanos.

Como considera Breese (1966), a definição de **urbano** varia de país para país. Alguns incluem no conceito **urbano** os aglomerados com poucas centenas de habitantes (Dinamarca, Suécia, etc) e outros com alguns milhares de

^{3/} Castells, Manuel - A Questão Urbana.
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

habitantes (Senegal, Índia, Japão, etc), como se pode ver no quadro 1.

O urbano está associado à **urbanização**, que é um processo dinâmico, cuja análise é muito complexa.

Castells (1977) sublinha que **urbanização** é concentração duma população a partir de certos limites de dimensão e densidade da população, acompanhada de difusão de sistema de valores culturais, atitudes, comportamentos, tomando o nome de cultura urbana.

Araújo (1992) define **urbanização** como um processo específico de organização territorial da população que, na sua interrelação com o meio ambiente cria um conjunto de actividades sócio-económicas e culturais que resultam na formação dum espaço com características próprias de concentração da população, da produção e de serviços.

Das definições apresentadas, constata-se que a definição de **urbano** é particularmente complexa devido à sua íntima ligação com outros processos, tais como modernização e desenvolvimento económico. Não obstante, é importante considerar-se que é um fenómeno multidimensional e que uma das suas dimensões fundamentais é demográfico-ecológica.

2.2. "Urbano" e sua evolução em Moçambique

A definição de **urbano** em Moçambique não obedeceu ao mesmo critério ao longo do tempo.



Na definição de urbano em Moçambique distinguem-se dois períodos: colonial e pós-independência.

No período colonial a população urbana foi considerada aquela que vivia em cidades, vilas e sedes de concelhos ou circunscrições (censos de 1940-1960). No entanto, só no censo de 1950 é que foram incluídas as sedes de concelhos ou circunscrições como centros urbanos.

No recenseamento de 1970, foi definido como urbano o aglomerado com 2000 habitantes ou mais e rural aglomerado inferior a 2000 habitantes. O número 2000 habitantes incluía apenas população com habitação de carácter permanente⁴.

Nesse período, o crescimento da população urbana deveu-se não só ao crescimento natural da população, mas fundamentalmente à reclassificação das áreas anteriormente consideradas rurais, passando a ser urbanas.

Até 1974, existiam no país, então província de Moçambique, 22 cidades e 46 vilas consideradas centros urbanos, distribuídas em 108 concelhos e circunscrições (Pililão, 1989).

No período pós-independência, a definição de urbano passou a ter novos critérios. Foram considerados centros urbanos apenas as cidades. Assim, constituíam centros urbanos 12 cidades, sendo 10 capitais provinciais e as

⁴/ Veja-se Recenseamento Geral da População de 1970.

idades de Chókwé e Nacala⁵.

Como se pode ver, o número de cidades ficou reduzido para 12, das 22 que existiam até 1974. Essa redução justifica que houve alteração da definição e limites da cidade e isso dificulta ainda mais para fazer comparações entre os dois períodos.

No censo de 1980, foi considerada cidade, incluindo a zona verde, subúrbio e zona turística separada ou não da cidade, contrariando a situação anterior, que considerava apenas a zona de cimento (por exemplo, a cidade de Maputo era considerada apenas a zona de cimento).

Na enumeração de agregados familiares e da população em 1991⁶, o urbano continuou a ser considerado apenas as cidades. O número de cidades aumentou, com a reclassificação dos aglomerados anteriormente considerados rurais, passando de 12 para 23 cidades. Praticamente, apenas mais uma cidade em relação a 1974.

A resolução 7/87, de 25 de Abril de 1987, elevou de à categoria de vila (centros urbano de 5ª classe) por serem centros urbanos que possuía condições para ser considerado como tal. Assim, foram considerados centros urbanos as cidades e vilas num total de 91 centros urbanos, sendo 23 cidades e 68 vilas.

⁵/ Veja-se Boletim de Recenseamento de 1980.

⁶/ DNE - Enumeração dos Agregados Familiares nas Cidades e Em Alguns Postos Administrativos.
Maputo, 1991. Série Estimativas Demográficas. Doc. nº1.

O crescimento da população urbana, à primeira vista, deve-se ao aumento do número de aglomerados urbanos, com a reclassificação das áreas rurais e dos limites de cidade. Outros factores estão relacionados com o crescimento da população e as migrações.

2.3. Margem das determinações do limite de "urbano"

A definição de urbano difere grandemente de país para país.

A ONU (1977) considera urbano aglomerados com 20000 habitantes ou mais. Na apresentação de dados sobre urbanização, chama atenção para efeitos de comparação dos dados, porque não há critério comum na definição de urbano para todos os países.

O critério estatístico é usado em vários países para definição dos centros urbanos, mas para efeitos comparativos é muito complexo, por haver oscilação na fixação de número da população para se considerar urbana, que varia de 200 habitantes, na Dinamarca a 50000 habitantes, no Japão (vide quadro 1).

De acordo com o quadro 1, a maior parte dos países adopta o critério estatístico, mas outros associam a este outras características (número da população, densidade, distância que separa os agregados familiares, critérios administrativos e sócio-económicos) e também combinações de

alguns critérios.

Quadro 1 - Limiar de definição de urbano em alguns países seleccionados.

País	Ano	Critérios de definição
Dinamarca	1981	200 habitantes
Suécia	1975	200 habitantes e afastamento inferior a 200m
EUA	1980	2500 e zona urbanizada
Argentina	1980	2000 habitantes
Israel	1983	2000 habitantes desde que 2/3 dos chefes famílias civis não sejam agricultores
Chade	1978	5000 habitantes
Índia	1981	5000 habitantes e densidade populacional maior ou igual a 390 hab/km ² , característica urbana e 3/4 dos adultos masculinos não trabalham na agricultura
Senegal	1976	10000 habitantes
Japão	1980	50000 habitantes com restrição e ocupação da população activa

Fonte: ONU, 1984, quadro nº6. op.cit.

Por exemplo, a Dinamarca define como centro urbano o aglomerado com 200 ou mais habitantes. A Suécia considera centros urbanos os aglomerados com 200 habitantes ou mais e afastamento entre os agregados familiares inferior a 200m; o Chade e a Índia estabelecem 5000 habitantes como centros urbanos, mas a Índia, para além dos 5000 habitantes, estabelece outros parâmetros (densidade da

população e adultos masculinos que não trabalham na agricultura).

Tomando em conta a situação dos países citados, depara-se com realidades diferentes. A Dinamarca é um país relativamente pequeno e desenvolvido, onde num aglomerado de 200 pessoas existe o mínimo de infraestruturas (água, luz, escolas, saúde, comércio, pequena indústria, transporte e comunicações, etc) contrariamente no Chade, onde nos aglomerados de 5000 pessoas falta quase tudo.

Estas considerações demonstram claramente as discrepâncias na definição de urbano entre vários países.

Em geral, o urbano define-se em termos de "status" político, características demográficos, variáveis sócio-económicas que caracterizam o urbano.

2.4. Tipos de Assentamentos Urbanos

Segundo Rodrigues (1967), os assentamentos urbanos estão relacionados com o seu tamanho e sua multiplicidade funcional. Pelo seu carácter funcional, os assentamentos urbanos podem ser industriais, turísticos, escolares, políticos ou administrativos, etc.

Pierre, citado por Breese (1966), divide os assentamentos urbanos em político-intelectuais e económicas.

Como na definição de **urbano**, os assentamentos urbanos

são classificados sob diferentes pontos de vista, reflectindo as suas características sócio-económicas.

Do ponto de vista económico, os assentamentos urbanos distinguem-se em generativos e parasíticos. Os assentamentos urbanos generativos são aqueles cujo desempenho tem impacto económico favorável, ou seja, se a sua formação, contínua existência e crescimento é um dos factores do desenvolvimento da região; parasíticos quando o seu impacto é contrário ao primeiro, ou seja, quando não contribuem para o crescimento sócio-económico da região.

Segundo o seu papel cultural, os assentamentos urbanos podem ser ortogenéticos e heterogenéticos. Ortogenéticos quando o reflexo das dimensões culturais caracteriza a antiguidade; heterogenéticos, quando os modos originais têm maior autoridade ou conflito com as culturas e civilizações antigas.

Derruau (1973), classifica os assentamentos urbanos de acordo com a sua multiplicidade funcional, como sendo conservação de uma certa função agrícola (agro-cidades soviéticas); função religiosa (Vaticano); função intelectual (Coimbra, Oxford, Cambridge); função militar (Keflavik); função administrativa (Washington); função comercial (Zurique); etc.

Entretanto, as funções dum mesmo assentamento urbano evoluem ao longo do tempo, portanto existem poucos assentamentos que desempenham uma única função.

3. CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS DA VILA DE NAMAACHA

3.1. Situação geográfica e limites

O distrito de Namaacha fica situado a oeste da província de Maputo, limitado a norte pelo distrito da Moamba, a sul pelo distrito de Matutuíne, a oeste pela República da África do Sul e pelo Reino da Suazilândia e a leste pelo distrito de Boane.

A vila de Namaacha, a sede do distrito do mesmo nome, fica situada no extremo oeste do distrito, entre as coordenadas 25°59' de latitude sul e 32°01' de longitude este, 75 km a oeste da Cidade de Maputo, junto à fronteira com a Suazilândia, com uma área de 19.25km² (vide mapa 1).

A vila da Namaacha está dividida em 5 bairros: A, B, Cascatas, 25 de Junho e Fronteira (vide mapa 2).

Esta localização faz com que a vila de Namaacha jogue um papel importante no trânsito de pessoas e bens, especialmente para a Suazilândia.

3.2. Geologia

A estrutura geológica da vila de Namaacha faz parte da bacia do Save, do Super-Karoo do Jurássico Superior (Fanerozóico) e é constituída essencialmente por rochas riolíticas intermédias de lupata (riolitos de Umbeluzi). O

karroo da zona é caracterizado por vulcanismo toleítico e alcalino com afloramentos e sedimentos do pós-karroo e do karroo terminal, e frentes orogénicas e cisalhamento (ING: Carta Geológica 1:250.000, 1987).

Nesta faixa podem-se encontrar basaltos toleíticos indiferenciados representados por basaltos de Movene, mas pouco evidenciados.

A dureza das rochas riolíticas tem implicações na forma e no tipo de construções da vila e na prática da agricultura. Por outro lado, estas rochas são importantes, pois são utilizadas na construção.

3.3. Relevo

O relevo da vila de Namaacha é de planaltos médios e muito acidentado, principalmente nos extremos norte e sudeste da vila (vide mapa 3)

Observando o mapa 3, pode-se ver que a vila de Namaacha desenvolveu-se longitudinalmente no sentido oeste-este para se adaptar à disposição do relevo.

O relevo é suavemente ondulado na faixa oeste-leste, cujas altitudes variam entre os 500 e 600m. Os pendores acentuados estão localizados nas faixas norte e sul da vila (vide figura 1).

A altitude máxima localiza-se no extremo sudoeste (624m).

Estas formações de relevo são a continuidade da cadeia dos Libombos, que se estende ao longo da fronteira entre Moçambique e África do Sul, nas províncias de Maputo e Gaza.

Na vila da Namaacha, encontram-se também dois vales depressionários de inundação temporária, sendo um na zona oeste e outro no centro da vila.

A forma e o tipo de construção estão intimamente ligados à disposição do relevo da vila. As casas tendem concentrar-se em zonas relativamente planas, especialmente para reduzir os riscos de desabamento.

A agricultura é negativamente afectada, devido à remoção do solo para as zonas baixas durante as chuvas. Por outro lado, o relevo faz com que a preparação, a sementeira e a sacha das machambas sejam feitas num único sentido, da zona baixa para a zona alta, devido aos declives.

3.4. Clima e Vegetação

A grosso modo, o clima da vila da Namaacha é tropical de altitude (Awc)⁷. Nas restantes partes do distrito é subtropical com verão quente e húmido (Awh)⁸.

A temperatura média anual é de 21°C, sendo Janeiro e Fevereiro os meses mais quentes, Junho e Julho os meses

⁷/ Classificação de Köppen.

⁸/ Idem.

mais frios, com médias que variam de 18 e 24 °C (veja-se tabela 1)

A precipitação média anual é de 896mm, sendo Janeiro, Fevereiro e Março, os meses com maior precipitação (151 e 117mm) e Julho e Agosto os meses com menor precipitação, (22mm).

Tabela 1 - Estação de Namaacha - Dados climáticos,
1950-81

Meses	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Anual
T(°C)	24	24	23	22	20	18	18	19	20	21	22	23	21
R(mm)	151	117	117	71	29	24	22	22	43	80	115	105	896
E(mm)	129	112	106	85	70	57	62	80	103	119	119	130	1172

Nota: T = temperatura (Graus Celcius);
R = Precipitação (milímetros);
E = Evapotranspiração (milímetros).

Fonte: FAO, 1984.

O período chuvoso tem duração de 7 meses (Outubro a Abril) e o período húmido tem duração de 3 meses (Janeiro a Março).

A figura 2 mostra a relação entre a temperatura, a precipitação e a evapotranspiração.

O clima da vila da Namaacha joga um papel importante na actividade turística, por ser ameno durante quase todo o ano. Favorece, igualmente, para a prática da agricultura.

A vegetação da vila está condicionada pelos factores edáfico, topográfico, climático e humano. É constituída

essencialmente por eucaliptos e pinheiros, intercalada com outras espécies vegetais. Destacam-se três reservas florestais de eucaliptos e pinheiros nos extremos sul, junto à fronteira com a Suazilanândia, a nordeste e norte.

3.5. Solos

Os solos da vila de Namaacha são predominantemente delgados e avermelhados, alternados por afloramentos rochosos.

Na faixa sul da vila desenvolveram-se solos franco-argilosos sobre rochas alteradas, "Eutric Lepsols"⁹. Nas restantes partes da vila desenvolveram-se solos riolíticos vermelhos, franco argilosos, e por vezes castanho-avermelhados com profundidade não superior a 1m, "Ferric Lixisols"¹⁰ (INIA, Carta de Solos 1:250.000, 1995)

São solos com boa drenagem, mas interrompida pela disposição do relevo. Em Zonas baixas desenvolveram-se solos hidromórficos, mas muito pouco evidenciados.

Os solos da vila de Namaacha são aptos para a prática da agricultura, especialmente para as culturas de milho, mapira e feijão.

A fertilidade dos solos mereceu especial atenção para o desenvolvimento da agro-pecuária nos 1910.

⁹/ Classificação da FAO, op.cit.

¹⁰/ Idem.

3.6. Hidrografia

O principal rio do distrito de Namaacha é Umbeluzi que nasce na Suazilândia, fazendo limite entre os distritos de Namaacha e Boane. No rio Umbeluzi foi construída a barragem de captação de água potável para abastecer a cidade do Maputo (DINAGECA: Carta Topográfica 1:250.000, 1986).

A vila de Namaacha situa-se à montante de numerosas linhas de água, que se dirigem para a periferia.

Destaca-se uma bacia hidrográfica - Mixulunguene - constituída pela ribeira do mesmo nome e seus afluentes. A ribeira Mixulunguene nasce no extremo noroeste, a 530m de altitude, correndo em direcção ao nordeste até às cascatas. Nesta ribeira encontra-se a represa de captação de água potável para abastecer a vila. Na margem esquerda, a ribeira Calacane é o principal afluente da ribeira Mixulunguene da margem esquerda (vide mapa 3).

Duas linhas de água nascem no extremo sudeste da vila, dirigindo-se para o mesmo sentido.

O subsolo da vila de Namaacha é rico em águas subterrâneas, na sua maioria, a uma profundidade não superior a 30m, onde se pode explorar água mineral.

4. RESENHA HISTÓRICA DA VILA DE NAMAACHA

4.1. Antecedentes

Não se sabe ao certo em que data teriam chegado à Namaacha os seus primeiros habitantes antes da chegada dos colonos portugueses.

Em 1900, Namaacha constituía o Comando Militar da região de Namaacha (Portaria n°238, Boletim Oficial 19/1900), tendo sido extinto em 1901, pela portaria n°657 (Boletim Oficial n°1/1901).

Segundo Matos (1968), o nome de Namaacha provém do antigo regedor Lomaacha, avoengo do regedor Monjaze Machalela que residia no mesmo local onde viveu Lomaacha e sua mulher Cocomela, junto do monte M'ponduíne. Foi Cocomela, mulher de Lomaacha que, a partir da fundação da povoação de Namaacha, deu o nome à regedoria que se mantinha até 1975, altura da independência. O nome de Lomaacha foi conservado do outro lado da fronteira para designar uma divisão administrativa da Suazilândia.

Enquanto a Suazilândia se manteve como protectorado britânico, manteve fortes pretensões para dominar os Pequenos Libombos, no interesse britânico, que, até 1974, pareciam querer renascer.

Por outro lado, houve necessidade de obstar os inconvenientes de manter a região dos Pequenos Libombos sem

administração própria, dada a distância a que se encontrava das sedes das circunscrições mais próximas, bem como a conveniência que se reconheceu de fixar e desenvolver a colonização europeia na região de Namaacha que se mostrava, especialmente apropriada à pequena cultura da terra e à indústria pecuária.

Foi para responder a tais desígnios que o então Governador-Geral, Dr. Alfredo Magalhães, por portaria n°126 de 31 de Outubro de 1912, promulgou a criação da undécima circunscrição de Lourenço Marques, em terras desanexadas das circunscrições de Sábie e Maputo, com sede na povoação de Namaacha¹¹.

4.2. Desenvolvimento da Vila

A história do expansão da vila de Namaacha ganhou impulso com a aprovação do projecto de expansão da vila (portaria n°180, de 2 de Setembro de 1916). Assim, foram fixados os limites e classificada em 3ª classe a povoação de Namaacha, sede da circunscrição, para efeitos do n°1, artigo 63º do decreto de 9 de Junho de 1909, cuja planta veio de seguida a ser aprovada por portaria n°303 de 30 de Dezembro de 1916.

Mais tarde, um novo desenvolvimento veio a operar-se na região de Namaacha e, em consequência, o diploma

¹¹/ A grafia era "Namahacha".

legislativo n°747, de 14 de Maio de 1941, declarou de utilidade pública a expropriação de uma parcela de terreno para ampliação da povoação, aprovada que foi a planta das suas áreas urbanas e suburbanas, por despacho de 24 de Outubro de 1941. A portaria n°4586, de 3 de Dezembro do mesmo ano, aprovou as condições de concessão e aproveitamento dos seus talhões.

A povoação veio de novo a ser ampliada pela integração, na área urbana, de uma parcela de terreno, por portaria n°4796, de 18 de Julho de 1942.

O cenário do desenvolvimento da povoação de Namaacha impôs uma revisão da planta da povoação e subúrbios, tendo sido aprovada, por despacho de 18 de Novembro de 1950, publicado no Boletim Oficial n°46, III série.

Em 1964, o corpo administrativo exerceu jurisdição na área urbana e suburbana de Namaacha, tendo sido elevada à categoria de vila, por portaria n°17736, de 20 de Abril do mesmo ano, e concedida à vila o privilégio de usar bandeira própria e escudo de armas.

Em 1975, por Decreto-Lei 6/75 de 18 de Janeiro do mesmo ano, a povoação de Namaacha passa a ser sede do distrito do mesmo nome. Este decreto altera a nomenclatura da divisão administrativa de Moçambique, com vista à sua reorganização e estruturação.

A resolução 7/87, de 25 de Abril de 1987, elevou de novo a povoação de Namaacha à categoria de vila (centro

urbano de 5ª classe) por ser um centro urbano que possuía condições para ser considerado como tal. Por outro lado, necessitava de organização adequada, distinta de uma localidade e de uma cidade. Outros aspectos estavam relacionados com a existência de empresas agro-pecuárias, pequena indústria de transformação agrícola e materiais de construção, transporte interdistrital e intradistrital. Assim, não tinha atingido um nível de desenvolvimento que permitisse elevá-la à categoria de cidade.

Como se pode depreender, a vila de Namaacha conheceu a sua expansão no período colonial, tendo conhecido estagnação no período pós-independência.

4.3. Importância Geo-económica

A vila de Namaacha caracterizou-se pelo desempenho da agro-pecuária após a sua fundação, associada ao pequeno turismo, já que a Suazilândia não constituía parceiro comercial, devido à debilidade da sua economia.

Depois da independência, o comércio ganhou dinamismo, tendo-se associado ao turismo nos últimos tempos. Como no período colonial, houve necessidade de assistir o turista, que é atraído pelas condições climatéricas locais. Destacam-se 2 complexos hoteleiros: "Libombos" e "Namaacha", entre os mais luxuosos da província e cidade de Maputo.

A vila de Namaacha é dotada de infraestruturas sócio-económicas básicas, nomeadamente um centro de saúde, escolas, rede de abastecimento de água e energia eléctrica, correios e telecomunicações, banco e serviços aduaneiros.

Por outro lado, a vila de Namaacha assume um papel importante no desenvolvimento da província de Maputo, em particular, e do país, em geral, especialmente por estar a funcionar alí um posto de serviços aduaneiros para cobrança de taxas de importação e exportação de mercadorias, principalmente de e para Suazilândia.

A vila de Namaacha é uma boa estância de repouso, 600m de altitude, a 75km de Maputo, com clima ameno e muito sossego. Associam-se a estes as suas belas paisagens (vide foto 1) que proporcionam ao turista momentos de diversão, e melhores serviços de hospedagem existentes na vila.

Foi para responder às necessidades do turista que em 20 de Abril de 1967 o Concelho da Namaacha foi dotado de uma Comissão Regional de Turismo¹², no sentido de dinamizar o turismo, medida que não trouxe quaisquer resultados em vertude de não terem sido atribuídos à Comissão meios para que pudesse realizar os fins para que foi criada, tendo sido extinta pelo decreto n°46/74 de 6 de Julho de 1974 e, em substituição, foi criada a Câmara Municipal de Namaacha, que velava pelo controlo de toda a vila.

Até 1974, projectava-se, como forma de estimular o

¹²/ A fonte não especifica a sua legalização.

progresso da vila, a criação de um casino, ideia que parece renascer nos últimos dias.

Na vila de Namaacha, a agricultura é praticada em três sectores, nomeadamente familiar, privado e estatal.

O sector familiar compreende pequenas propriedades de terra e criação de animais de pequena espécie. O espaço agrícola está associado ao de residência. Um dos maiores problemas do sector familiar é a falta de instrumentos de produção e sementes.

O sector privado é menos representativo. A falta de meios de produção, especialmente tractores é parte da realidade deste sector. Por outro lado, as condições de crédito à banca para o sector agrário é limitado, devido à falta de amortização de alguns devedores em tempos passados. Este sector fornece hortícolas à vila, especialmente aos complexos hoteleiros.

O sector estatal compreende essencialmente áreas florestais de plantação de eucaliptos e pinheiros. A falta de pessoal para o controlo das florestas e meios de combate aos incêndios são alguns dos grandes problemas do sector, devido à política de austeridade orçamental do Estado.

A indústria é pouco desenvolvida e conta actualmente com um gerador para a produção de energia eléctrica¹³ e uma fábrica de refrigerantes¹⁴.

¹³/ Actualmente paralizado.

¹⁴/ Privatizada.

As ligações de e para a vila de Namaacha são feitas através da Estrada Nacional nº5, funcionando como ponto de trânsito para Suazilândia e Maputo, e através da rede telefónica existente.

5. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA VILA DE NAMAACHA

5.1. Crescimento e tamanho da população

Da análise dos dados dos recenseamentos da população e da enumeração de famílias do distrito e vila de Namaacha resulta, com efeito, alguma contestação: os dados dos recenseamentos de 1960 e 1970, para além de estarem desagregados só até ao nível do posto administrativo (Sede e Changanane), a população da vila de Namaacha¹⁵ inclui apenas pessoas com habitação de carácter permanente, considerada urbana¹⁶.

Este facto justifica as grandes variações das taxas de crescimento demográfico em diferentes áreas do distrito no período 1960-1970 (vide tabela 2).

Como de pode ver na tabela 2, a taxa de crescimento demográfico é elevada na sua globalidade ao longo dos 35 anos considerados (4%), comparativamente a de Moçambique, com 4.1% no período 1960-1980 e ligeira queda no período 1980-1996 (3.8%).

Ao nível dos postos administrativos, só é possível considerar os períodos 1960-1995 e 1980-1995, devido à indisponibilidade de dados para ano de 1970. O Posto

¹⁵/ A vila de Namaacha pertence ao Posto Administrativo da Sede.

¹⁶/ Vejam-se Recenseamentos da População de 1960 e 1970.

Administrativo de Changalane apresenta taxas de crescimento demográfico elevadas relativamente às outras áreas consideradas. O Posto Administrativo da Sede apresenta taxa de crescimento demográfico relativamente baixa no período 1960-1995. De recordar que a população do Posto Administrativo da Sede inclui a população da vila com habitação de caniço em 1960.

Tabela 2 - Distrito de Namaacha - Crescimento da população, por Postos Administrativos, 1960/95.

	Anos/PA	Vila	Sede	Changalane	Distrito
População (habitantes)	1960	325	8436	2314	11075
	1970	2784	16534
	1980	4973	11138	8562	24673
	1995	7129	15420	20846	43392
Taxa de crescimento anual (%)	1960/70	24	4.1
	1970/80	6	4.1
	1980/95	2.4	2.2	6.1	3.8
	1960/95	9.2	1.7	6.5	4

Nota: PA - Posto Administrativo;
.. - dado não disponível

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados dos censos.

A vila de Namaacha atinge o ponto máximo da taxa de crescimento demográfico no período 1960/70 (24%). No entanto, como foi considerado anteriormente, isto representa apenas crescimento da população com habitação de

carácter permanente, tendo conhecido valor mínimo no período 1980/95.

Em 1992, a população era estimada em 6534 habitantes, representando uma taxa de crescimento demográfico de 2,3% em relação ao ano de 1980, ou seja um aumento de 1561 pessoas, na sua maioria deslocados de guerra.

O número de deslocados é de particular atenção, especialmente no momento em que a informação foi recolhida, pois muitas pessoas eram dadas como deslocadas para receberem apoio do programa de emergência, o que dificulta fazer comparações mais precisas sobre o crescimento natural da população.

Os registos dos nascimentos e das mortes levantam dúvidas. Por exemplo, o levantamento feito na vila sobre nascimentos e óbitos mostra discrepâncias em relação à sua existência (veja-se tabela 3).

Tabela 3 - Vila de Namaacha - Nascimentos e óbitos ocorridos em 1995

Instituição de Registo	Ocorrências Registadas	
	Nascimentos	Óbitos
Centro de Saúde	328	29
Registo Civil e Notariado	40	73
Polícia da República de Moçambique	-	5

Fonte: Tabela elaborada com base no levantamento feito pelo autor, na vila de Namaacha, em Janeiro de 1996.

Da tabela 3, pode-se ver que a maior parte dos nascimentos ocorridos no Centro de Saúde legalmente não existem. Por seu turno, grande número de óbitos não são do conhecimento do Centro de Saúde. Os casos de óbitos registados pela polícia são de homicídio voluntário e suicídio e não deram entrada no Centro de Saúde local.

Nas condições de Moçambique, quando as pessoas iniciam o desenvolvimento no sistema de mercado é que começam a interessar-se no uso do registo vital¹⁷. Em 1995, foram registados 405 nascimentos com idades compreendidas entre os 0 e 42 anos e 82 óbitos ocorridos em diferentes anos.

Segundo a enumeração dos agregados familiares, em 1996 a população da vila de Namaacha era constituída por 1458 famílias, totalizando 7293¹⁸ habitantes, dos quais 3485 homens e 3808 mulheres (correspondente a uma taxa de crescimento demográfico de 2.4% no período 1980/96.

A figura 3 mostra a evolução da população do distrito e vila de Namaacha no período 1960-1996.

Tomando em conta os dados colhidos no Centro de Saúde local, a taxa bruta de natalidade é de 46‰, calculada para o ano de 1995, igual a de Moçambique em 1970, e a taxa

^{17/} Filipe, Victorino, Chefe dos Registos e Notariado de Namaacha - Entrevista - Considera que, normalmente, os nascimentos são registados quando as pessoas pretendem legalizar os seus bens, ou quando se tratar duma criança que queira ingressar na escola. Os óbitos, por seu turno, são registados quando deixam herança.

^{18/} Dados não ajustados.

bruta de mortalidade é de 11‰, tomando em conta os dados do registo civil para o mesmo ano.

Deixando à margem problemas referentes à habitação de carácter permanente e tomando como exemplo o período 1980/95, a taxa de crescimento da população da vila de Namaacha é menor relativamente a do distrito.

5.2. Composição da população

Etnicamente, a população que vive na vila da Namaacha pertence, na sua maioria, ao grupo "ronga" da família "tsonga". Há bastantes núcleos de "suazis" da família "nguni". Estas etnias são provenientes do sul de Moçambique e dos países vizinhos (Suazilândia e África do Sul).

O recenseamento de 1980 mostra que 25,2% da população que vivia na vila falava ronga como língua materna; 31%, tsonga; 30.1%, suazi.

Entre a população, encontram-se alguns indivíduos das etnias machope, tsewa, bitonga, macua e de origem portuguesa.

As línguas mais faladas são Xironga e Suazi. A maior parte da população pratica a religião católica. Há ainda muçulmanos e protestantes.

As relações de género estão assentes nos papéis entre o homem e a mulher no contexto das particularidades históricas e sócio-culturais da sociedade.

O levantamento feito pelo autor, em 1996, mostra que na vila 13.1% dos chefes de famílias eram mulheres. Esta situação deve-se à emigração de homens à procura de emprego na África do Sul e nos grandes centros urbanos, principalmente em Maputo.

5.3. Estrutura etária da população

A estrutura por idades e sexo da população da vila de Namaacha apresenta uma base muito larga, topo aguçado e flancos côncavos, resultante de maior número de jovens e poucos velhos. Os homens estão em número menor relativamente as mulheres, excepto nas faixas etárias dos 10-14, 30-34, 40-44, 50-54 e 60-64, onde são em número maior que as mulheres. Por outro lado, a estrutura etária apresenta classes ocas, ou seja, faixas etárias com menos população em relação às faixas etárias seguintes da pirâmide etária, nomeadamente 25-29, 35-39 e 55-59, para homens; 10-14 e 35-39, para mulheres (vide figura 4.1).

A estrutura por idades e sexo mostra também que 53.9% das pessoas têm idade inferior a 20 anos; 41.8% com idade entre 20 e 59 anos e; 6.9% com 60 anos ou mais; 3.6% com idade inferior a 1 ano; 25.4% menores de 7 anos; 74.6% com idade superior a 7 anos; 14.7% com idade entre 7 e 14 anos; 52,6% com idade entre 15 e 64 anos; 78.9% com idade entre 7 e 64 anos; 43% com idade inferior a 15 anos e 4.3% com

mais de 64 anos de idade.

A vila de Namaacha apresenta uma estrutura etária tipicamente dum zona urbana, quando comparada com a situação de Moçambique relativamente à estrutura etária nas zonas urbana e rural do país (vide figuras 4.1 e 4.2).

O índice de masculinidade (IM), a relação entre o número de homens e por 100 mulheres, é de 92 (equação 1). Como se pode depreender as mulheres estão em número maior que os homens. Esta relação é típica dum zona rural (vide figura 4.1 e 4.3), que pode ser justificada pela emigração de grande número de homens para outros centros urbanos e países vizinhos à procura de emprego, situação idêntica nas zonas rurais, especialmente jovens.

$$\begin{aligned} \text{IM} &= (\text{n}^\circ \text{ de homens} / \text{n}^\circ \text{ de mulheres}) * 100 = \\ &= (3485 / 3808) * 100 = 92 \quad (1). \end{aligned}$$

A dependência demográfica (DD), definida pela relação entre a população com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos e a população com idade entre 15 e 64 anos, é de 90 (equação 2). Portanto, por cada pessoa em idade activa, existe menos de uma pessoa dependente.

$$\begin{aligned} \text{DD} &= (\text{pop} < 15 \text{ anos} + \text{pop} > 64 \text{ anos}) / \text{pop} 15-64 \text{ anos} = \\ &= (3139 + 317) / 3837 = 0.9 \quad (2). \end{aligned}$$

Devido às dificuldades de disponibilidade de dados sobre o número de pessoas que efectivamente trabalham, não é possível calcular a dependência económica da população (DE), indicador importante para estimar o mercado de

trabalho local. Este indicador é calculado pela relação entre a população em idade inactiva (PII)¹⁹, a população economicamente inactiva (PEI) e a população economicamente activa (equação 3).

$$DE = (PII + PEI) / PEA \quad (3)$$

Também é importante notar que a falta de emprego na vila leva a emigrações, situação que pode ser justificada pelo menor número de pessoas nas faixas etárias dos 25-49 anos.

5.4. Distribuição espacial da população

A população da vila de Namaacha está irregularmente distribuída pela vila, sendo os bairros 25 de Junho, "B" e Fronteira os bairros mais populosos e os bairros Cascatas e A os menos populosos (veja-se tabela 4).

A ocupação dos bairros de caniço foi espontânea, o que fez com os planos de urbanização não fossem implementados para o ordenamento da população.

A população que vive nos bairros de caniço é constituída maioritariamente por deslocados de guerra e por pessoas que procuram emprego na vila. No entanto, as pessoas que procuram emprego geralmente estão enquadradas no sector informal, por não haver emprego no mercado

¹⁹/ Menores de 15 anos e maiores de 64 anos.

laboral formal.

Tabela 4 - Vila de Namaacha - Distribuição da população por bairros, 1996.

Bairros	População		
	Homens	Mulheres	Total
A	491	538	1029
B	792	866	1658
Fronteira	701	747	1448
Cascatas	256	276	532
25 de Junho	1245	1381	2626
Total	3485	3808	7293

Fonte: Tabela feita com base na enumeração das famílias realizada em Janeiro de 1996, na vila de Namaacha.

5.5. Situação de emprego

O emprego é importante para a melhoria da qualidade de vida da população.

A questão de emprego é de difícil avaliação, se se ter em conta a inserção das actividades na classificação de Clark e Fouristie, devido às dificuldades de disponibilidade de dados sobre o número de pessoas que efectivamente trabalham e o tipo de emprego. Na vila há presença de muitos independentes ou "autónomos", trabalhando em pequenas unidades de produção de bens e serviços. A estes, somam-se aos empregos mais ou menos

temporários, o caso dos comerciantes ambulantes.

Da análise da estrutura etária da vila, é importante ter em consideração a integração da população no mercado de trabalho. Nas condições económicas de Moçambique, as pessoas começam a trabalhar com 7 anos de idade, podendo trabalhar até que fisicamente não seja possível, especialmente no sector de agricultura de subsistência. Isto é importante também para estudo de viabilidades em emprego para cerca de 5700 pessoas residentes na vila com idade superior a 7 anos.

Numa amostra de 5 instituições públicas e empregadoras privadas, escolhidas com base na facilidade de contacto, verificou-se que, em média, uma instituição pode empregar apenas 4 trabalhadores (vide tabela 5).

Tabela 5 - Vila de Namaacha - Instituições e número de empregados, 1995

Instituição/empregador	Nº de trabalhadores
Correios de Moçambique	3
Direcção Distrital de Educação	6
Telecomunicações de Moçambique	4
Registo Civil e Notariado	4
Restaurante Kanimambo	3
Média	4

Fonte: Tabela elaborada com base no levantamento feito pelo autor, na vila de Namaacha, em Janeiro de 1996.

Como se pode ver na tabela 5, as unidades de produção de bens e serviços, sediadas na vila não são capazes se absorver a crescente mão-de-obra local. A indústria não está desenvolvida e o sector terciário, especialmente público não admite novos técnicos, devido aos cortes orçamentais para responder à política de austeridade adoptada pelo Governo a partir de 1987.

A privatização da SOGERE, não passou de uma mera transferência do património para o sector privado. Não houve um exercício mais amplo no sentido de estabilizar o emprego e levar a frente a regulamentação adequada para aumentar a eficiência, portanto um gesto quase inútil se não se faz um amplo estudo que responda à procura de emprego na vila. Como consequência imediata, parte dos trabalhadores foram despedidos da empresa.

A geração de emprego requer um reforço da capacidade institucional, visando maior intervenção e procurando ajustar à realidade da vila.

5.6. Projecções demográficas

A projecção da população está condicionada pela disponibilidade de dados. Para este estudo, foi tomada a população de 1980 e de 1996 como base.

Com uma população de 4973 habitantes (1980) e 7293 habitantes (1996) foi calculada a taxa de crescimento anual de 2,4% ao ano, com a aplicação da equação geométrica, que

descreve o processo de cálculo:

$$r = \left(\sqrt[t_1 - t_0]{\frac{P_1}{P_0}} - 1 \right) * 100 \quad (4)$$

Onde: r - taxa de crescimento;

t1 - ano inicial;

t0 - ano final;

P0 - população no ano final

P1 - população no ano inicial

Tomando a população de 1980 e 1996 como base e assumindo-se que a taxa de crescimento seja constante ao longo do período 1980-2010 calculou-se a população para os anos seguintes (vide tabela 6 e figura 5), mediante a aplicação da equação exponencial que descreve o processo de cálculo:

$$P_1 = P_0 * (1+r)^{t_1 - t_0} \quad (5)$$

Onde:

P1 - população no ano projectado;

r - taxa de crescimento anual no tempo t1-t0

(2.4/100);

P0 - População no ano inicial (1980);

t1 - ano final (projectado);

t0 - ano inicial.

Na tabela 6, pode-se ver o crescimento da população continuará, devido à estrutura jovem da sua população, o que implicará maior procura de bens e serviços.

Nas estratégias de desenvolvimento é importante conhecer o ritmo de crescimento da população em relação ao crescimento da economia. Por exemplo, será necessário capacitar as escolas para cerca de 1700 novos ingressos dos 7-14 anos no ano 2010, assumindo que a estrutura etária não venha sofrer grandes alterações ao longo do tempo; assegurar cerca de 5140 empregos, entre outras necessidades. Portanto, será necessário definir uma política sócio-económica mais adequada para responder às necessidades básicas da população.

Tabela 6 - Vila de Namaacha - Projecção da população
1980-2010

Anos	População
1980	4973
1985	5599
1990	6304
1995	7098
2000	7991
2005	8997
2010	10130

Fonte: Tabela elaborada com base na equação (5).

6. CARACTERÍSTICAS DO TECIDO URBANO DA VILA DE NAMAACHA

6.1. Tipologia de uso do solo

A tipologia de uso do solo caracteriza a multiplicidade e a forma de ocupação do espaço como componente da paisagem urbana. Esta classificação é, evidentemente, artificial e tem relação com a organização e possibilidades diversas de ocupação do espaço urbano da vila, como forma de racionalizá-lo de acordo com as diversas actividades (vide mapa 4).

6.1.1. Zona de cimento

O desenvolvimento do tecido urbano deu-se no sentido oeste-este, obedecendo à disposição do relevo do local.

A malha urbana é ortogonal, especialmente na zona este. Apresenta-se heterogênea na zona oeste, com ruas sinuosas, onde o relevo não propicia o desenvolvimento de uma malha ortogonal. Nesta zona algumas ruas são descontínuas.

O traçado das ruas tinha como objectivo responder às exigências do relevo e estabelecer um fluxo de trânsito. As casas têm tendência de dispersão em toda a vila.

A zona urbana desenvolveu-se em linha horizontal, e situa-se numa faixa relativamente plana, cujas altitudes

variam entre os 575 e os 600m.

A rua principal dividiu a zona urbana em duas partes, norte e sul, enquanto as zonas oeste e leste estão separadas pela igreja que se situa no meio da zona urbana. O tecido urbano apresenta irregularidades no seu desenvolvimento. Assim, na zona este o crescimento deu-se para o sul e foi interrompido pela linha de fronteira com a Suazilândia. Contrariamente, na zona oeste, o crescimento deu-se para o norte e interrompido pela declividade acentuada a jusante das linhas de água (vide mapa 3).

Os espaços verdes evidenciam-se no centro da vila, onde se situa a igreja, onde também se encontra a maior praça da vila, e nas áreas reservadas.

Na zona de cimento é onde se encontram as famílias com melhores condições de vida, onde a habitação dispõe de condições de fornecimento de água, energia eléctrica e saneamento do meio adequado.

Omite-se a definição da malha para os espaços de permanência, como os jardins, que não existem.

A forma da malha polariza as actividades sócio-económicas, acentuando a monotonia do ambiente urbano das outras áreas. Influi também nos índices de ocupação do solo e no traçado das infraestruturas, definindo assim o crescimento do tecido urbano da vila.

Em geral a zona de cimento cresceu nos anos 1960/70 em termos reais de construção de infraestruturas tendo

conhecido estagnação no período posterior, especialmente no período pós-independência.

6.1.2. Bairros de caniço

Os bairros de caniço surgiram espontaneamente na periferia da vila e mal equipados sob todos os pontos de vista. Estão assentes em relevo com pendor muito inclinado à jusante das linhas de água que nascem no local.

Os bairros de caniço são ocupados por população de nível de vida muito baixo, na sua maioria deslocados de guerra e pessoas que procuram emprego na vila. A habitação é de construção precária e não dispõe de energia eléctrica e água canalizada (vide foto 2).

A proliferação do sector informal nos bairros de caniço é parte da realidade, como meio de sobrevivência de muitas famílias.

Os bairros de caniço estão localizados em áreas onde não atingiram os planos de urbanização e a ocupação do solo é desordenada. O solo duro e o relevo acidentado não permitem a construção de latrinas, portanto, são áreas de pouco valor para a construção de casas.

Os declives, como na zona de cimento, têm implicações no sistema de infraestruturas, com destaque para a rede de estradas e problemas de drenagem natural.

Os bairros de caniço cresceram substancialmente no do

período 1970-96, relativamente à zona de cimento.

6.1.3. Zonas Verdes

Como componentes da paisagem urbana, as zonas verdes são áreas não edificadas. Jogam um papel importante para o desenvolvimento humano, pois é lá onde as pessoas passam os seus tempos livres.

A vila de Namaacha é pobre em zonas verdes, especialmente em jardins. Apenas um pequeno jardim encontra-se na vila, localizado no centro, onde também se encontra a maior praça da vila.

As zonas verdes são constituídas essencialmente por áreas de reservas florestais, destacando-se três plantações de eucalipto e pinheiro a sul, a norte e a oeste da vila, com uma área de 2000 ha. A primeira está em perigo de extinção, pois está sofrendo cortes descontrolados e, por outro lado, prevê-se o seu devastamento para dar lugar ao crescimento da vila.

O tamanho dos talhões permite que se pratique actividade agro-pecuária de pequena escala, com o uso do terreno dos quintais (vide foto 3). Esse tamanho estabeleceu a dimensão do limite da implantação da zona edificada, com implicações a nível das formas de agrupamento, tipologias edificatórias, da densidade e localização das actividades.

Outras zonas verdes correspondem às áreas cultivadas na periferia da vila.

6.2. Infraestruturas

"Infraestrutura" é um termo genérico para muitas actividades com as mesmas características técnicas e sócio-económicas. Compreende serviços públicos, tais como transportes e comunicações, fornecimento de água e energia, saneamento, educação e saúde; obras públicas, nomeadamente rodovias e outras construções.

Como considera o Banco Mundial (1994), a adequação da infraestrutura joga um papel importante, pois contribui para determinar o êxito dum sociedade no concerne à diversificação de produção de bens e serviços, controlo da população, redução da pobreza e melhoria das condições ambientais.

O mapa 5 mostra a rede de infraestruturas sócio-económicas existentes, como componente na dinâmica sócio-económica da vila de Namaacha.

6.2.1. Habitação

Habitação é importante no crescimento económico de uma sociedade, cujos benefícios incidem nos participantes da produção de bens e serviços.

Em 1970, 2784 pessoas tinham habitação de carácter permanente, o representa um crescimento de 856,6% em relação ao ano de 1960.

A vila de Namaacha possui um parque habitacional incapaz de responder às necessidades da população. É estimado em cerca de 255 casas sob responsabilidades da APIE. Este número tem sofrido variações ao longo do tempo, devido à alienação das casas e abandono de algumas que são revertidas a favor do Estado.

O parque imobiliário do Estado está no seu estado avançado de degradação, já que há 50 anos que os imóveis não se beneficiam de manutenção (vide foto 4). Os gastos públicos em construção e manutenção da habitação são quase nulos, devido aos elevados custos (atendendo as baixas rendas aplicadas aos inquilinos), daí a importância e conveniência da iniciativa privada de recorrer à auto-construção e manutenção da habitação quando se tratar de projectos relativamente pequenos.

Como sublinhou Marques²⁰, o sector privado tem-se mostrado interessado em reabilitar os imóveis, como forma de ajudar o Estado na manutenção dos mesmos, mas o Estado aconselha o inquilino a comprar o imóvel, devido às razões anteriormente apontadas, uma vez que o Estado não pode suportar os custos.

²⁰/ Representante da APIE em Namaacha - Entrevista. Namaacha, 17 de Janeiro de 1996.

A vila de Namaacha apresenta dois tipos de habitação: de material convencional e de caniço.

A habitação de material convencional está dotada de água encanada e fornecimento de energia eléctrica. Os talhões onde se situam as mesmas estão em forma de quintas.

A habitação de caniço está situada na periferia da vila e construída em relevo declivoso, sem água encanada e energia eléctrica. Compreende essencialmente construção madeira, zinco e caniço. Por outro lado, o saneamento à base de latrinas melhoradas é limitado pela dureza da rochas do local.

O sector privado participa activamente em investimentos para habitação, mas encontra limitações, uma vez que não existe espaço para expansão, ou seja, não se definiram actualmente áreas para novas construções, especialmente de material convencional. Não existindo terreno atalhoado, não se fazem concessões para qualquer tipo de construção. Apesar disso, estão em curso numerosas obras de construção em zonas urbanas não ocupadas na altura do seu atalhoamento.

Grande parte dos imóveis habitacionais foram adquiridos por habitantes da cidade de Maputo que ali passam suas férias, o que tem contribuído para a sua falta para a crescente população da vila.

A alienação dos imóveis habitacionais é parte da realidade da vila. Até finais de 1995, 74 casas tinham sido

alienadas, representado 29% do total, das quais 4 com valores já pagos na sua totalidade.

A melhoria da habitação para responder às necessidades de 7293 pessoas passa necessariamente pela sistematização e inventariação de materiais de construção de baixo custo e incentivos à iniciativa privada em projectos de construção habitacional.

6.2.2. Imóveis de uso comercial

A rede comercial da vila de Namaacha é um dos sectores mais desenvolvidos. Compreende dois grandes hotéis, um centro de repouso, um bar-restaurant e numerosas lojas e cantinas, num total de 11 estabelecimentos comerciais licenciados.

Os complexos hoteleiros estão dotados de equipamento que garante prestação e diversificação de serviços para responder às necessidades dos turistas que ali passam suas férias.

A participação do sector privado contribui para o crescimento da rede comercial, mas a proliferação de pequenas instituições comerciais pode gerar declínio e redução da qualidade de serviços. Isto prende-se à medida em que há um grande número de unidades informais.

O sector formal compreende um número de unidades de produção e comercialização que oferece grandes quantidades

de produtos à vila, mas não absorve grande quantidade de mão-de-obra.

A proliferação do sector informal preende-se com o elevado custo de vida na vila, mas, em certa medida, contribui para o crescimento económico da vila. Até 1995, tinham sido autorizadas 186 pessoas como comerciantes ambulantes.

Contrariamente, alguns produtos são mais caros no sector informal que no sector formal (vide tabela 7). No entanto, no sector informal a venda é feita em proporções muito pequenas.

Tabela 7 - Vila de Namaacha - Variação do preço de alguns produtos (em meticais), 1996

Produtos	Sector formal	Sector Informal ²¹
Refresco nacional (garrafa)	4000,00	4000,00
Açúcar (kg)	7500,00	8000,00
Leite condensado (lata)	8000,00	8.500,00
Cerveja (lata 34 cl)	8000,00	8000,00
Óleo alimentar (1l)	16000,00	17000,00

Fonte: Tabela elaborada com base no levantamento feito pelo autor, em Janeiro de 1996.

²¹/ Preço calculado com base na soma das quantidades reais vendidas ao consumidor.

Os produtos vendidos na vila são, na sua maioria, adquiridos na vizinha Suazilândia e são os mesmos do sector formal.

O sector informal é constituído por um grande número de pequenas unidades de produção e comercialização que oferecem produtos em pequenas quantidades. Estruturalmente, é caracterizado por falta de intensidade de capital, fraco nível tecnológico, fraco investimento humano; funcionalmente, na sua maioria, é familiar e adequa-se ao nível de preços; economicamente, é regulador de emprego e pode ou não ter assalariados e; de fácil participação, mas tem um dinamismo incerto.

Na vila de Namaacha, os estabelecimentos comerciais estão localizados ao longo da rua principal. Nos bairros de caniço apenas podem-se encontrar comerciantes ambulantes com pequenas quantidades de produtos.

A prática de preços agrava a pobreza, o que limita as despesas para outros serviços sócio-económicos.

Como foi referido anteriormente, nos serviços comerciais há multiplicidade de objectivos: o Estado está interessado nas receitas pela atribuição de licenças e dá pouca ênfase os riscos de saúde e ambientais, ainda que o sector informal, dominado pela venda de produtos de pronto consumo, especialmente comidas e bebidas, não possui mínimas condições higiénicas.

A promoção da concorrência entre os comerciantes

locais pode gerar eficiência na prestação de serviços. Contudo, é importante que os intervenientes comerciais "estejam em pé de igualdade" perante o Estado e mercados. Contribui também para sediar pequenas e médias empresas e gerar emprego, delineando estratégias na alocação de recursos.

O turismo é uma das fontes de receitas para as empresas vocacionadas para o efeito, sendo as cascatas um dos centros de atracção de turística.

Como considerou Rocha²², há necessidade de melhorar a qualidade de serviços prestados para os turistas. Por isso mesmo, o hotel "Libombos" está em total reabilitação e haverá um investimento de 7 milhões de dólares americanos para ampliação do hotel, o que vai gerar cerca de 300 postos de trabalho, contra os actuais 30. Paralelamente, será necessário melhorar o hospital local, criar uma oficina-auto e transferir a cadeia civil que se situa ao lado do hotel para um outro local a definir. Projeta-se, igualmente, a criação de um casino e um parque de campismo.

A principal força do hotel "Libombos" assenta na dimensão e qualidade da sua rede operativa organizada capaz de responder rapidamente às necessidades dos seus clientes através duma variedade de serviços personalizados, especialmente alojamento e alimentação.

²²/ Proprietário do Hotel "Libombos" - Entrevista conduzida por Paulo Dinis Chambal. Namaacha, Setembro de 1995.

A vila de Namaacha possui dois mercados: um localizado no bairro da fronteira e um "central", situado no bairro 25 de Junho, ao longo da rua principal.

O mercado localizado no bairro da fronteira, "mercado paralelo", apresenta seus inconvenientes, sob o ponto de vista ambiental. Alí vendem-se produtos de pronto consumo (comidas e bebidas). É constituído por unidades construídas de madeira e caniço e não dispõem de saneamento adequado. Por outro lado, a poluição afecta grandemente o local, especialmente durante a circulação dos veículos, levantando-se poeira em todos os sentidos. Durante as chuvas, algumas dessas unidades não podem ser utilizadas, porque o solo fica lamacento e pegajoso.

O mercado "central" dispõe de 32 bancas e 9 construções de madeira e zinco, onde também se vendem diversos produtos, maioritariamente alimentares.

6.2.3. Saúde

Uma saúde melhor é desejável como fim em si mesmo, e tem impacto directo para o crescimento sócio-económico, permitindo uso de recursos que, em vez de serem gastos em doença, podem servir para outros fins.

O sector de saúde, na vila de Namaacha, enfrenta graves problemas, devido à falta de equipamento para o sector.

A vila de Namaacha possui um centro de saúde com capacidade de 36 camas, correspondente a 203 pessoas por cama, sendo 12 para maternidade, 12 para pediatria e 12 para serviços gerais. Trabalham no centro 30 empregados, dos quais 21 são mulheres.

Em 1995, o centro assistiu 355 partos correspondentes a uma redução de 7.6% em relação ao ano anterior. O número de partos é de particular atenção se tivermos em conta que o número de crianças registadas na enumeração com idade inferior a 1 ano é cerca de 268, portanto menos 87 crianças. Daquí pode-se concluir que o Centro de Saúde local serve também as aldeias circunvizinhas. No mesmo período registaram-se no centro 29 óbitos, representando uma redução de 14.7% em relação ao ano anterior.

Entre as causas de morte destacam-se a malária e diarreia sanguinolenta, principalmente no período chuvoso. Como sublinhou Namuera²³, as diarréias devem-se à poluição da água consumida pela população, captada na represa de céu aberto situada na ribeira Mixulunguene. No período chuvoso a ribeira transporta no seu leito resíduos provenientes das margens. Neste grupo incluem-se escrementos, uma vez que a população dos bairros de caniço não possui latrinas.

Como forma de reduzir as doenças, a população tem sido instruída no sentido de construir latrinas e ferver a água

²³/ Enfermeira-Chefe do Centro de Saúde de Namaacha - Entrevista. Namaacha, 22 de Janeiro de 1996.

para beber. Esta medida, pode não ter efeitos desejados, dado o nível de vida da maioria da população. O importante seria tratar água da represa com produtos químicos.

No período seco, prevalece a pneumonia, que está associada ao ambiente poluído da habitação, principalmente na zona de caniço e onde as condições de saneamento são precárias.

No centro são prestados serviços de medicina geral, cirurgia básica, pediatria e odontologia. Conta ainda com brigadas móveis de vacinação de crianças, especialmente contra sarampo.

Entretanto, o centro enfrenta problemas de falta de camas e colchões. A capacidade instalada (36 camas, sendo 12 para serviços gerais para adultos, 12 para pediatria e 12 para maternidade) não responde às necessidades do centro. Muitas vezes são utilizados colchões e esteiras estendidos no soalho para os doentes, criando dificuldades no atendimento normal dos mesmos. A falta de espaço nas enfermarias foi agravada com a divisão do único quarto para adultos em dois quartos, por uma equipa de Médicos Sem Fronteira que procedeu a reabilitação do centro.

Os gastos públicos para a saúde local são elevados. Por outro lado, a população não se abstem de gastar o não-essencial. Trata-se essencialmente da manutenção dos imóveis, já que é difícil medir as necessidades humanas em medicamentos.

Assim, impõe-se reforma para reorientar novos gastos governamentais no sistema sanitário da vila, pessoal, equipamento e instalações para assistência médica de amplo acesso da população.

Entre os progressos alcançados, destacam-se a redução da mortalidade infantil e a divulgação de programas que ajudam a prevenção de doenças na comunidade.

Como parte da política para a melhoria da qualidade no sector de saúde, é importante que haja disponibilização de cuidados médicos de saúde primários sustentáveis mediante o incremento da quantidade de medicamentos, camas e profissionais de saúde.

Por outro lado, é preciso capacitar o centro de saúde para atender cerca de 1230 crianças dos 0-4 anos de idade em consultas de controlo; melhorar o sistema de análise e vigilância nutricionais; capacitar o centro para atender cerca de 1770 mulheres em idade fértil (15-49 anos de idade) em consultas pré-natais e pós-parto e; implementar estratégias de prevenção e combate contra a diarreia, malária e pneumonia.

6.2.4. Educação

Uma melhor educação habilita a fazer melhores opções sócio-económicas e reforça a capacidade das pessoas de satisfazer suas necessidades básicas.

O ensino tem sido objecto de ênfase especial e o governo tem respondido à procura, apesar de não ser pródigo nos investimentos para o sector.

A vila de Namaacha possui 6 instituições de ensino, das quais 3 do EP1, 1 do EP2, 1 do ESG e 1 CFPP, com um total de 3850 alunos, dos quais 60% do EP1, 12% do EP2, 19% do ESG e 9% do CFPP, assitidos por 92 professores (1995), correspondente a 43 alunos por professor.

A rede escolar da vila de Namaacha está capacitada para matricular todas as crianças em idade escolar da vila, como sustentou Manuel²⁴. Apesar disso, a falta de livros, cadernos, entre outros materiais, é parte da realidade nas escolas. Como forma de resolver este problema, no presente ano lectivo, as escolas contam com a distribuição gratuita do material escolar a todos os alunos do EP1 e EP2, mas até finais de Janeiro ainda não tinha chegado o material, programa financiado pelo Banco Mundial através do Governo.

Nos últimos 10 anos, as matrículas aumentaram de 1732 (1980) para 3850 (1995), pois são muitos aqueles que aspiram a uma educação e o governo tem respondido a essa procura (vide tabela 8 e figura 6).

Os estabelecimentos de ensino com internato para estudantes enfrentam problemas de alimentação e alojamento, este último relacionado com a falta de camas para os alunos

²⁴/ Director Pedagógico Distrital de Namaacha - Entrevista. Namaacha, 22 de Janeiro de 1996.

(ESG e CFPP).

Tabela 8 - Vila de Namaacha - Evolução da população escolar, 1985/95

ANOS	ALUNOS
1985	1732
1990	2808
1995	3850

Fonte: Direcção Distrital de Educação de Namaacha, 1996.

O efectivo escolar continua elevado no ensino primário e substancialmente reduzido nos outros níveis. Este facto pode ser justificado pela desistência de grande parte de alunos, devido à falta de meios para prosseguirem os seus estudos nos outros níveis e ao declínio do ensino primário (veja-se tabela 9 e figura 7).

Tabela 9 - Vila de Namaacha - Evolução da população escolar por níveis, 1985/95

Anos/alunos	EP1	EP2	ESG	CFPP	TOTAL
1985	1033*	..	526**	173	1732
1990	1781	412	615	..	2808
1995	2312	455	724	359	3850

Nota: * não inclui EP1 de Namaacha

** inclui EP2 de Namaacha

.. dado não disponível

Fonte: Direcção Distrital de Educação de Namaacha, 1996.

O declínio do ensino primário deve-se fundamentalmente ao elevado número de alunos por professor no ensino primário (78 alunos por professor), ao baixo nível de formação de professores e à falta de material escolar para a maior parte dos alunos.

Como se pode ver na tabela 9, em 1995 foram matriculados 2312 alunos no EP1. Se se atender o potencial efectivo para este nível, ou seja, se se admitir que a criança entra na escola com 7 anos no EP1, teríamos cerca de 1100 alunos, incluindo alunos com 12-14 anos (1-3 anos atrasados). Supostamente, todos os alunos em idade escolar para o EP1 matriculam-se nas escolas, admitindo que a estrutura etária não tenha mudado substancialmente no período 1995-1996. Daquí, pode-se concluir que cerca de 61,4% dos alunos do EP1 têm idade superior a 14 anos.

As condições desfavoráveis nas escolas, especialmente a falta de alimentação, alojamento, baixos salários e redução de despesas para equipamento contribuem para o fraco aproveitamento escolar.

Visando reverter a falta de salas de aulas e melhorar a qualidade de ensino e equipamentos, foram reabilitadas as instalações da Escola Secundária de Namaacha e construídas 2 salas de aulas para o EP1 (vide foto 5), empreendimentos da PRORURAL com apoio do Governo Italiano (os únicos empreendimentos no período pós-independência).

A melhoria da qualidade de ensino passa pela

formulação de planos estratégicos para o aprovisionamento em quantidade e qualidade desejáveis de material escolar para os alunos, encorajamento às matrículas e regularidade frequência do ensino primário.

6.2.5. Abastecimento de água

Na vila de Namaacha, o abastecimento de água é feito através da rede de distribuição. A água é captada numa represa localizada na ribeira Mixulungune, a 7km da vila, e armazenada em depósitos montados na parte alta da vila.

A rede instalada tem a capacidade de descarga de 250m³/h e para abastecer 530 famílias, não respondendo actualmente às necessidades do elevado número de pessoas (1458 famílias). Como consequência imediata, o abastecimento de água tem sofrido interrupções, especialmente no período seco, devido à falta de água na represa. Em 1995, houve momentos em que o abastecimento de água era apenas de uma vez por semana e durante 12 horas.

Por outro lado, esta rede foi construída há mais de 50 anos e nunca foi objecto de reabilitação, encontrando-se actualmente no seu estado avançado de degradação. As taxas pagas pelos consumidores não chegam a cobrir os custos de capital de operação e manutenção do equipamento.

Como forma de solucionar o problema de falta de água, seria preciso construir uma represa nas cascatas, o que

envolveria custos que o Estado não pode suportar. Outra solução seria mobilizar fundos privados para a construção da referida represa e descentralizar a sua gestão para garantir a participação dos usuários.

Entretanto, o abastecimento de água através da rede apenas beneficia a zona de cimento.

Os bairros de caniço são abastecidos através de furos de captação de água e poços que foram abertos com o apoio do programa de emergência. Mas porque a população está dispersa, as pessoas percorrem longas distâncias à procura de água.

A falta de manutenção da rede de abastecimento de água e abertura de furos é agravada pelos cortes de gastos públicos, justificados pela austeridade orçamental. A abertura de furos é também dificultada pela dureza das rochas do local.

A poluição da água, especialmente, no período chuvoso, está na origem de muitas doenças diarréicas que afectam a população.

Como se pode depreender, os serviços de fornecimento de água deixam a desejar. Assim, torna-se importante o ajuste dos preços públicos de forma a proporcionar uma margem de capital, requerendo, em última análise, a aplicação de tarifas que podem variar progressivamente para os que consomem mais e redução

6.2.6. Fornecimento de energia eléctrica

O fornecimento de energia eléctrica à vila compreende uma rede de 460 ligações de média tensão, direccionadas para a zona de cimento. O fornecimento de energia é feito a partir da cidade de Maputo, com capacidade instalada de 1000kw. Actualmente, a rede opera em 50% da capacidade instalada.

A iniciativa privada na geração de energia eléctrica tem muito a ensinar, mas é preciso simplificar os métodos de tramitação e estabelecer bases jurídicas bem claras para a participação privada. Portanto, é importante que se estabeleça um mecanismo no sentido de incentivar o sector privado na geração de energia, através de importação de geradores como parte da política de economia de mercado adoptada pelo Governo.

O fornecimento de energia à vila está sujeito a cortes, devido à ausência do equipamento, para efeitos de manutenção. Portanto, a rede de distribuição de energia deve ser reabilitada na sua totalidade para garantir a eficiência no fornecimento de energia à vila.

Os bairros de caniço estão pouco iluminados e geralmente é usado querosene, gasóleo velas para iluminar as residências. Os bairros de caniço precisam de energia, e não só porque ficam escuros, mas porque a lenha é escassa e o preço dos outros combustíveis é muito elevado.

As ligações para o fornecimento de energia estão condicionadas à habitação de material convencional ou de madeira e zinco.

6.2.7. Transportes e comunicações

Nos transportes públicos urbanos na vila, a concorrência estimulou inovações no sector privado.

Ao nível da vila, o transporte é efectuado por veículos pequenos e é feito apenas pela rua principal. É importante, porém referir que não é regular e não abrange os bairros de caniço, ligando o mercado "central" e o bairro da Fronteira.

As práticas de transporte na vila são pouco seguras. O controlo não garante a disciplina operacional e qualidade de serviço. Os meios de transporte usados são carrinhas abertas e em condições mecânicas absoletas. Embora a concorrência jogue um papel importante, importante ainda é regulamentar a segurança dos passageiros através duma inspecção rigorosa e regular.

A descentralização da economia no país permite que pequenos empresários aumentem lucrativamente oferta de serviços de Maputo-Namaacha e vice-versa, operando em pequenos veículos. Estes fazem serviço "expresso" com a duração de aproximadamente 1 hora e 20 minutos.

A fragmentação da propriedade gera problemas de

coordenação de itinerários e congestionamento (há muitos veículos para Namaacha enquanto para outras áreas são demasiado poucos ou inexistentes), daí a necessidade de alguma regulamentação sobre os itinerários.

Por Namaacha entram e saem por dia mais de 100 veículos de todos os tipos, sendo das 7.00-8.30 horas (hora de chegada à Namaacha) e 15.30-17.00 horas (hora de saída de Namaacha), os períodos de maior intensidade de tráfego de veículos, transportando passageiros e carga de vários tipos.

A rede telefónica compreende 199 ligações internas (37 pessoas/telefone) das 400 ligações previstas, operando, portanto em cerca de 50% da capacidade instalada. A ausência do equipamento leva a chamadas incompletas, o que contribui para perda de receitas, necessitando de reabilitação e ampliação das instalações.

O correio permite comunicação para outras partes do Mundo, cujo fluxo de correspondências é de 8 cartas por dia. Na estação dos correios funciona um posto de captação de poupança.

6.3. Condições de desenvolvimento do tecido urbano

As condições de desenvolvimento do tecido urbano constituem uma adaptação às técnicas e às novas formas de organização sócio-económica que respondam ao crescimento da

vila e à multiplicidade funcional da mesma.

Essas condições adquirem grande relevância na elaboração de projectos ao nível local e formulação das hipóteses de comportamento futuro do tecido urbano da vila, dependendo da análise das viabilidades em relação às condições locais.

6.3.1. Local e seus obstáculos

Como sublinha Milton Santos (1981:184), "o local é responsável por inúmeras circunstâncias da vida e da evolução urbana, bem como da paisagem propriamente dita".

Salvo raras excepções, o local orienta o funcionamento urbano, planos e as suas articulações, visando responder às necessidades do Homem.

O local da vila de Namaacha caracteriza-se por pendores muito inclinados em quase todos os sentidos, limitando a expansão da vila. Mas pode ser corrigido com o uso de tecnologia moderna, envolvendo, obviamente, elevados custos. Isto poderá provocar, de alguma maneira, recessão económica dos investidores.

O desenvolvimento não se faz em altura dos edifícios, daí o crescimento horizontal da vila. A geologia da vila, por seu lado, joga um papel importante na expansão da vila, devido à existência de afloramentos rochosos muito duros, o que pode provocar elevados custos iniciais dos projectos

de construção.

A eficácia do investimento para todo o tipo de construção depende da qualidade e da "demanda efectiva" dos imóveis, pois os custos poderão não ser compensados nas condições actuais de participação do Estado e da população.

6.3.2. Propriedade de terra e indústria de construção

Na vila de Namaacha, como explicou Marques, a concessão de terras para construção segue os trâmites previstos na Constituição da República e na Lei de Uso e Aproveitamento da Terra que preceituam o seu uso e aproveitamento.

Actualmente, não se concedem títulos de terra, por não haver espaço para construção, problema ligado à falta de atalhoamento das áreas de expansão da vila.

O tecido urbano actual foi definido em 1962. Desde essa altura não houve revisão da planta da vila e definição de áreas de expansão.

Assim, não são concedidos títulos de ocupação de terra para construção de material convencional em áreas não abrangidas pelos planos de urbanização.

Actualmente as construções fazem-se em talhões que, tendo sido delimitados, não foram imediatamente ocupados. A maior parte dessas construções são de iniciativa privada.

Um cidadão que pretenda construir em áreas não

abrangidas pelos planos de urbanização, este contacta com as estruturas do bairro para concessão de terra, mas não é aconselhado construir com material convencional.

Como assegurou Branquinho²⁵, nas áreas não abrangidas pelos planos de urbanização é frequente a venda de terrenos para construção por parte das autoridades locais. Assim, torna-se urgente a definição de planos urbanísticos que juntem a redireccionar a problemática de venda de terrenos em benefício das autoridades locais.

6.3.3. Plano urbano actual

Como vem sendo referenciado neste trabalho, a vila de Namaacha não dispõe de novas áreas para construção de material convencional, uma vez que as áreas existentes não foram abrangidas pelos planos de urbanização.

Como primeira fase de reordenamento da população, actualmente estão a decorrer trabalhos de levantamento nos bairros, situados nos arredores da vila, cujo objectivo é traçar um plano de reordenamento dos mesmos, como componente dos planos do Governo local. Este plano prevê construção de habitação.

Mesmo com o atalhoamento dos bairros, as famílias que aí vivem não estão em condições de construir com material

²⁵/ Morador da Vila de Namaacha - Entrevista. Namaacha, 17 de Janeiro de 1996.

convencional, já que a maior parte não dispõem de recursos financeiros.

Outra medida será a devastação da floresta situada a sul, junto à fronteira e proceder-se ao loteamento para construções de material convencional, mas ainda não foram avaliados os impactos ambientais.

A política proposta prevê economia do espaço construído, com ênfase nas vantagens locais para aplicação de recursos. Especificamente, o plano recomenda identificação de áreas de expansão da vila, as quais seriam aproveitadas com base na alocação de recursos e definição de programas de expansão.

6.4. Funcionamento do tecido urbano

O funcionamento depende dos usos predominantes das distintas zonas da vila e dos instrumentos que facilitam a expansão da vila.

Funcionalmente, vila de Namaacha desempenha um papel importante no desenvolvimento do comércio e turismo na região.

Os fluxos de circulação são relativamente simples e controláveis, se se tomar em conta que não há interconexão de vias que podem constituir estrangulação. Portanto, o tráfego rodoviário não apresenta problemas ligados ao congestionamento durante a circulação.

O transporte público é efectuado ao longo da rua principal, ligando dois pontos (mercado "central" e bairro da Fronteira). Os bairros de caniço não se beneficiam de nenhum meio de transporte, obrigando as pessoas a percorrem longas distâncias a pé para chegarem ao centro da vila.

Os espaços verdes são constituídos essencialmente por áreas florestais e espaços ainda não construídos.

O comércio e outros serviços estão concentrados ao longo da rua principal, zona leste da vila, e o comércio informal na zona oeste, junto à fronteira.

A falta de manutenção dos imóveis provoca a sua deterioração. As deficiências são agravadas por cortes de gastos justificados pela austeridade orçamental. Do ponto de vista económico, tais cortes são compensados mais tarde por gastos muito maiores com recuperação e reposição do equipamento.

A privatização das empresas na vila descuida-se facilmente com as medidas reguladoras, o que cria dificuldades para se conseguir estabilidade institucional no aprovisionamento dos serviços.

6.5. Qualidade ambiental

6.5.1. Saneamento

O lixo compreende essencialmente resíduos sólidos

provenientes das moradias, escolas, hotéis, mercados, lojas, varreduras das ruas, praças, capinagem de terrenos baldios, ramos de poda; animais mortos, etc (vide foto 6).

O saneamento das águas pluviais é feito através das ravinas que se dirigem para a periferia. A rede de condutas construída para o escoamento das águas está no seu estado avançado de degradação.

As águas de consumo doméstico são escoadas por fossas ceptivas localizadas no recinto residencial, mas apenas na zona de cimento.

Nos bairros de caniço prevalece o problema de falta de latrinas. Esta situação é responsável pela poluição da água consumida na vila, principalmente no período chuvoso.

Como forma de melhorar o sistema de saneamento, tem sido feito um trabalho de desobstrução de colectores totalmente degradados (vide foto 7).

As ruas da vila de Namaacha apresentam-se lamacentas intransitáveis no período chuvoso, acumulando água, devido à impermeabilidade dos solos (vide foto 8).

6.5.2. Poluição

A poluição causada pelo transporte rodoviário é a mais importante, devido à emissão de fumo, óleos, ruído e poeira durante a circulação na vila. O automóvel desfigura a paisagem urbana quando é deixado em sucata ao longo das

artérias.

Uma medida criteriosa pode ser adoptada para reduzir o ruído dos motores, que se traduziria em melhorar a qualidade e aperfeiçoar o desempenho e manutenção dos motores. Também é preciso adoptar políticas de comando e controle, em que os motoristas de veículos produtores de ruído e fumo pagariam pelos danos ambientais causados, já que é difícil restringir o fornecimento de combustíveis aos veículos maiores produtores de ruídos. Mas é preciso garantir a funcionalidade institucional.

Nos bairros de caniço a fumaça é parte da realidade, a responsável pelas doenças crónicas no aparelho respiratório humano. A população com escassos meios de sobrevivência está exposta à chuva e ao sol devido à precariedade da habitação.

O mercado situado no bairro da Fronteira é responsável pela fumaça que se engendra no local, associando-se ao barulho dos utentes.

6.5.3. Erosão

A erosão é marcante ao longo das linhas de água e nas vertentes abruptas ao longo das artérias da vila, causada pelo derrube das árvores e remoção do solo (vide mapa 3).

A precariedade das vias, faz com que grandes quantidades de detritos sejam removidos para as zonas

baixas da vila.

As ruas estão expostas à erosão por serem de terra batida e de material erodível pela chuva e pelo vento.

A erosão antropogénica é caracterizada por remoção de grandes quantidades de terra durante o cultivo, construção de imóveis e circulação de pessoas e veículos.

6.5.4. Devastação

As reservas florestais estão em perigo de extinção. Elas estão sendo cortadas sem os devidos cuidados, para aproveitamento de combustível lenhoso e madeira, principalmente na reserva situada junto à fronteira com a Suazilândia.

Como se referiu anteriormente, prevê-se a devastação da reserva florestal situada a sul da vila como forma de criar espaço para expansão da vila.

CONCLUSÕES

Apesar da aceitação e utilidade generalizada, existem disparidades e flutuação de critérios que definem o **urbano**, o que cria dificuldades na sua delimitação e comparação no tempo e no espaço. A definição de urbano não é mais do que uma combinação de elementos sócio-económicos tentando medir a realidade do espaço.

Em Moçambique, não existem critérios comuns de definição de urbano ao longo da evolução histórica do país.

Em geral, processo de urbanização em Moçambique é idêntico nos grandes e pequenos os centros urbanos, em termos de procura e oferta de bens e serviços.

Na vila de Namaacha, o crescimento da população sem o incremento das actividades que geram bens e serviços, incentiva a proliferação do sector informal, empregando grande parte da população da vila, especialmente mulheres.

A redução dos gastos em investimentos públicos, aliada à política de austeridade adoptada pelo Governo, reduziu substancialmente a oferta de serviços, principalmente de água, saúde, educação, saneamento e habitação melhorada.

O crescimento físico da vila fez-se em função dos recursos que permitiam novas construções, principalmente na zona de cimento. Nos bairros de caniço, a ocupação do espaço foi espontânea e espaço corresponde a áreas de pouco valor para construção, onde os declives determinam o tipo

de construção.

O desempenho das instituições da vila tem pouca autonomia, o que gera ineficiência na prestação de serviços em benefício da população.

A proliferação de pequenas instituições, principalmente comerciais faz com que o sector formal tenha pouco desempenho, uma vez que a inspecção no sector informal não garante segurança e equilíbrio perante o Estado e os mercados.

Como parte de política sócio-económica, seria necessário adoptar medidas que proporcionem a melhoria de qualidade de vida da população com a extensão da rede de saúde e educação e fortalecimento das instituições locais para assegurar a oferta de bens e serviços básicos.

A falta de informação sobre a situação sócio-económica da vila não estimula a concorrência na vila entre os intervenientes económicos. A informação pode ajudar na alocação de recursos para investimento privado, elemento importante para sediar empresas e gerar emprego para a população. Importante também é a participação da população no desenho dos projectos como forma de garantir a sua implementação e manutenção, especialmente para reduzir os gastos em bens não-essenciais.

Em geral, os problemas da vila de Namaacha não são somente consequência do crescimento da população, mas do fraco investimento de forma a oferecer oportunidades de

melhoria da qualidade de vida.

Assim impõem-se reformas institucionais e reforço da capacidade institucional, especialmente no aumento dos gastos orçamentais para a revitalização do tecido social, visando maior cobertura dos serviços básicos de forma a melhorar a qualidade de vida da população e garantir o êxito sobre a preservação do meio ambiente.

Para se conseguir estabilidade institucional no aprovisionamento de bens e serviços na vila e considerando a sua procura continuará a aumentar a curto, médio e longo prazo, haverá necessidade de complementar esforços no sector público e regulamentação promova a iniciativa privada no sentido de se conseguir recursos para o financiamento na construção de infraestruturas.

BIBLIOGRAFIA

Alberto, M. Simões e Toscano, Francisco A. - Oriente Africano Português: Síntese Cronológica da História de Moçambique.

Lourenço Marques, Minerva Central, 1938.

Amaral, Ilídio - A Cidade e o Futuro: A Propósito da Explosão Urbana Mundial

Lisboa, 1983. Tomo XXIII.

Ankel, Guy - Urbanization Overspeed in Tropical Africa - 1970-2000.

Geneva, International Institute, 1980.

Araújo, Ilídio Alves de - Problemas da Paisagem Urbana

Lisboa, MAP, 1961.

Araújo, Manuel - O Sistema das Aldeias Comuns em Moçambique: Transformações do espaço residencial e produtivo. (Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Lisboa, 1988.

Araújo, Manuel - "Distribuição Geográfica da População e o Processo de Urbanização", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento n°6. pp63-74.

Armando, Manuel - "A Situação de Planeamento Urbano em Moçambique", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento n°6. pp19-26.

Auzelle, R. - Técnica del Urbanismo.

Buenos Aires, Universitaria, 1953.

Azevedo, Mário de - Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques.

Lourenço Marques, 1969.

Bamberger, M. and Hewitt, E. - Monitoring and Avaluation Urban Development Program: A HandBook for Program Maneger and Reasearchers.

Washington DC, 1986.

Banco Mundial - Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial.

Nova York, Oxford University Press (vários anos).

Beall, J. - The Gender Dimensions of Urbanization: Urban Poverty.

Viena, 1993. Paper Prepared for Seminar on Women in Urban Areas: 8-12 November, 1993.

Beyer, Glenn H. - Explosão Urbana na América Latina
Rio de Janeiro, Victor, 1969.

Bhadra, D. and Brander A.P. - Urbanization, Agriculture Development and Land Use Allocation: World Bank Discussion Paper.

Washington DC, 1960.

Birkolz, Lauro Bastos - Questões de Organização do Espaço Regional.

S. Paulo, Nobel, 1983.

Boshi, Renato Raul - Cidade e Violência.

Rio Janeiro, Zahar, 1982. Debates Urbanos, vol V.

Breese, Gerald - Urbanization in Newly Developing Countries

Englewood Chiffits, Prentice-Hall, 1966.

Castells, Manuel - La Question Urbaine

Paris, Français Maspero, 1977.

C.C.R. - Recenseamento Geral da População 1980.

Maputo, 1983. Série Os distritos em números, n°1.

Clark, David - Introdução à Geografia Urbana.

S. Paulo, Difel, 1985.

CNP; INPF - Levantamento de Ocupação do Territorial do Distrito de Namaacha.

Maputo, Dezembro de 1983.

Daniel, Peter and Hopkinson M. - The Geography of Settlement: Conceptual Framework in Geography.

Hong-Kong, Oliver Boyd, 1986. 6th Ed.

Dias, Saúl - Glossário Toponímico Histórico-Administrativo, Geográfico e Etnográfico de Moçambique.

Lisboa, 6.10.81. II vol.

DINAGECA - Carta Topográfica de Moçambique 1:250 000.

Maputo, 1986. N°98, 99, 102.

DNE - Projeções da População Segundo Províncias, Distritos e Cidades, 1991-1995.

Maputo, 1992.

DNE-UPP - Enumeração da População e Agregados Familiares das Cidades e Alguns Postos Administrativos.
Maputo, Dezembro de 1991. Série Estimativas Demográficas. Documento nº1.

DNFFB - Carta de Florestas de Moçambique 1:250 000.
Maputo, 1995. N°98, 99, 102.

DNH - Plano de Estrutura da Cidade de Maputo.
Maputo, Junho de 1979.

DNH - Situação das Cidades de Moçambique: Primeira Reunião Nacional de Planeamento Urbano.
Maputo, Junho de 1982.

DNPF - Esquema Preliminar do Plano Director da Cidade de Luanda.
Luanda, Abril de 1979.

Elizaga, Juan C. e Macisco, John J. - Migrações Internas: teoria, metodo e factores socio-economicos.
Santiago, CELADE, 1975.

FAO - Agroclimatological HandBook.
Roma, 1984, Vol II.

Fonseca, M. L. e Reis, Deolinda - Crescimento Diferenciação das Áreas Urbanas e Suburbanas de Lisboa
Lisboa, 1980.

Forjaz, José - "O Desenvolvimento Urbano em Moçambique ou de Quem é a Cidade", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.
Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento nº6. pp75-80.

Fox William F. - Strategic Options for Urban Infraestructure Management: Urban Management and Infraestructure.
Washington DC, 1949.

Freyhold, Michaela Von - Ujamaa Villages in Tanzania
London, Heiman, 1985.

Geddes, Sir Patrick - Cities and Evolution
London, Ernest Ben, 1968.

Gibbs, Jack P. - Urban Research Methods
Texas, D. Van Nostrand, 1967.

Gil, Abílio Mendes - Relatório de Inspeção Ordinária à Circunscrição de Namaacha e seu Posto Administrativo de Changalane.

Lourenço Marques, 1960.

Goitia, Fernando Chueca - Breve História do Urbanismo.

Lisboa, Presença, 1982.

Horace, Miner - The City in Modern Africa.

London, Pall Mall, 1967.

Hyman, G.M.; Angels, S. - Urban Fields: A Geometry of Movement for Regional Science.

London, Academic Press, 1976.

Ibraimo, Maimuna Assiate - Contribuição para o Estudo do Crescimento da População e do Processo de Urbanização: O caso da Cidade de Maputo, 1940-1991. (Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais do Instituto Superior Pedagógico).

Maputo, Abril de 1994.

INE - Recenseamento Geral da População de 1940.

Lourenço Marques, 1943.

INE - Recenseamento Geral da População de 1950.

Lourenço Marques, 1952.

INE - Recenseamento Geral da População de 1960.

Lourenço Marques, 1963.

INE - Recenseamento Geral da População de 1970.

Lourenço Marques, 1973.

ING - Carta Geológica de Moçambique 1:250000.

Maputo, 1987. N°98, 99, 102.

INIA - Carta de Solos de Moçambique 1:250000.

Maputo, 1995. N°98, 99, 102.

INPF-DPU - Proposta de Classificação de Vilas e Cidades: Estudo Preliminar Sobre os Centros Urbanos de Moçambique.

Maputo, 1986.

INPF - Relatório do Plano Territorial de Namaacha.

Maputo, Junho de 1984.

Iutaka, Sugiyana; Bock, E Wilbur y Berardo, Félix M. - "La Urbanización y la Familia Extensa en el Brazil, La Familia Como Centro de Estudio Demografico

San José, CELADE, 1990.pp381-425.

Jenkins, Paul - "Bases para uma Política de Desenvolvimento Urbano", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento nº6. pp91-107.

Jenkins, Paul - Housing and Living Conditions in Peri-Urban Areas of Maputo.

Maputo, 1991.

Lavedon, Pierre - Geographie des Villes.

Paris, Gallimard, 1959.

Le Corbusier - Maneira de Pensar o Urbanismo

Martinica, 1977.

Ledrut, Raymond - Sociologia Urbana

Rio Janeiro, Farense, 1971.

Legget, Robert F. - Cities and Geology

Washington DC, McGraw-Hill, 1973.

Lima, João Carlos - A Urbanização em Moçambique no Pós-Independência.

Maputo, 1992.

Litle, Kennet - West African Urbanization: Study of Voluntary Association in Social Change.

Cambridge, Cambridge University Press, 1965.

Lira, Luis Filipe - "Introducción al Estudio de la Familia y el Hogar", La Familia Como Centro de Estudio Demográfico.

San José, CELADE, 1976. pp5-46.

Lopes, Leonel - "Uma Definição do Urbano: Conceitos", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento nº6. pp11-17.

Macamo, Eugénio - "Enquadramento Histórico-Cultural e Económico do Desenvolvimento das Cidades e Moçambique", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento nº6. pp27-36.

Machel, Samora - "Message", Population Perspectives:

Jenkins, Paul - "Bases para uma Política de Desenvolvimento Urbano", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento n°6. pp91-107.

Jenkins, Paul - Housing and Living Conditions in Peri-Urban Areas of Maputo.

Maputo, 1991.

Lavedon, Pierre - Geographie des Villes.

Paris, Gallimard, 1959.

Le Corbusier - Maneira de Pensar o Urbanismo

Martinica, 1977.

Ledrut, Raymond - Sociologia Urbana

Rio Janeiro, Farense, 1971.

Legget, Robert F. - Cities and Geology

Washington DC, McGraw-Hill, 1973.

Lima, João Carlos - A Urbanização em Moçambique no Pós-Independência.

Maputo, 1992.

Litle, Kennet - West African Urbanization: Study of Voluntary Association in Social Change.

Cambridge, Cambridge University Press, 1965.

Lira, Luis Filipe - "Introducción al Estudio de la Familia y el Hogar", La Familia Como Centro de Estudio Demografico.

San José, CELADE, 1976. pp5-46.

Lopes, Leonel - "Uma Definição do Urbano: Conceitos", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento n°6. pp11-17.

Macamo, Eugénio - "Enquadramento Histórico-Cultural e Económico do Desenvolvimento das Cidades e Moçambique", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento n°6. pp27-36.

Machel, Samora - "Message", Population Perspectives:

Statements by World Leaders.
New York, 1985. p113.

Matos, João Moreira Barbosa - Relatório de Inspeção Ordinária à Comissão Municipal de Namaacha feita em 1968.
Lourenço Marques, Dezembro de 1968.

McGee, T.G. - The Urbanization Process in the Third World.
London, G. Bell and Sons, 1975.

Moser, Caroline - Women, Gender on Urban Development Police.
Paris, 1994. OECD Conference on "Women in City: Housing, Services on Urban Environment, Paris 4th-6th, October, 1994.

Muchangos, Aniceto Dos - "Traços Gerais da Cidade de Maputo", Centenário da Cidade de Maputo (1887-1987).
Maputo, Imprensa da UEM, 1987. Arquivo, especial nº2.

Pereira, Francisco - "Uma Abordagem aos Problemas do Crescimento Urbano no Domínio da Habitação e Infraestruturas", Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.
Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento nº6. pp81-90.

Pereira, Wladimir - Demografia do Subdesenvolvimento.
S. Paulo, Saraiva, 1978.

Pililão, Fernando - Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial 1974-1987.
Maputo, 1989.

Pires, João Granjos - Relatório de Inspeção Ordinária à Administração do Concelho Municipal de Namaacha.
Lourenço Marques, Agosto de 1974.

Ribeiro, Ana Clara; at - O Desenvolvimento Urbano em Questão: Textos Didáticos.
Rio Janeiro, PubliPur, 1986.

Rincón, Manuel J. - Teoria e Metodos para el Estudio de la Ditribución Espacial y la Migraciones Internas
San José, CELADE, 1990. pp4-33.

Robert, Bailey Jr. - Radicals in Urban Politics: The Alinky Approach.
Chicago, Chicago University Press, 1974.

Rodrigues, R. Neves da Costa - Um Ensaio de Geografia Urbana - A Cidade da Beira. (Dissertação de licenciatura

apresentada ao Instituto Técnico de Lisboa)
Lisboa, 1967.

Saayana, Giana; at. - Urbanization Seasearch in South Africa: Priorities for the 1990's.
Pretoria, 1991.

Santos Milton - Manual de Geografia Urbana
S. Paulo, Huncitee, 1981.

----- - A Cidade nos Países Subdesenvolvidos.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

----- - A Urbanização Desigual: a especificidade do fenómeno urbano em paíse subdesenvolvidos.
Petrópolis, 1980.

----- - O Espaço Dividido: os dois circuitos de economia dos países subdesenvolvidos.
Rio de Janeiro, 1979.

SEHA; BONIFICA - Programa Multi-Sectorial Integrado na Província de Maputo: Individualização e Planificação das Intervenções.
Maputo, 1992.

Serageldin, Ismail and Cohen, M. - The Human Face of Urban Enviroment: Report to Development Community.
Washington DC, sd.

Singer, Paul - Desenvolvimento Económico e Evolução Urbana
S. Paulo, Nacional, 1968.

Slater, David - "Poder Territorial y Estado Perferico: El argumento de descentralizacion", Revista Latino-Americana de Planificacion.
Guatemala, 1992. Vol, XXI, n°97, Enero-Marzo. pp7-32.

Solis, Jorge Benavides - El Conflito Urbano (Crónicas)
Quito, 1979.

Smailes, Arthur - The Geography of Towns.
London, 1966.

Southal, Aidan - Urban Anthropology: Cross-Cultural Studies on Urbanization.
New York, 1973.

SPGC - Esquema de Abastecimento de Água à Vila de Namaacha.
Lourenço Marques, 1962.

SPGC - Lista das povoações criadas até 31 de Dezembro de

1973 e sua situação legal.

Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1974.

UPP-DNE - Relatório Nacional de Moçambique Sobre População e Desenvolvimento.

Maputo, Setembro de 1993. Documento nº10.

UPP-DNE - Pobreza, Emprego, e a Questão Demográfica na Cidade de Maputo.

Maputo, 1993. Série População e Desenvolvimento. Documento nº 7.

UPP - "População Urbana nos Recenseamentos a Partir de 1940 em Moçambique" Workshop Sobre Bases Metodológicas Para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 1992. Série População e Desenvolvimento. Documento nº6. pp37-61.

Van, Den Berg - Antecipating Urban Growth in Africa.

Lusaka, 1984. Lusaka Zambian Geography Association.

Valentei, D. - Teoria da População.

Moscovo, Progresso, 1987.

Velho, Gilberto - Utopia Urbana: Um Estudo de Antropologia Social

Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Verriére, Jacques - Políticas de População.

S. Paulo, Difel, 1980.

Weber, Max - The City

London, Free, 1966.

Weber, Max - Geografia Humana II.

Lisboa, Presença, 1973.

World Bank - The Urbanization

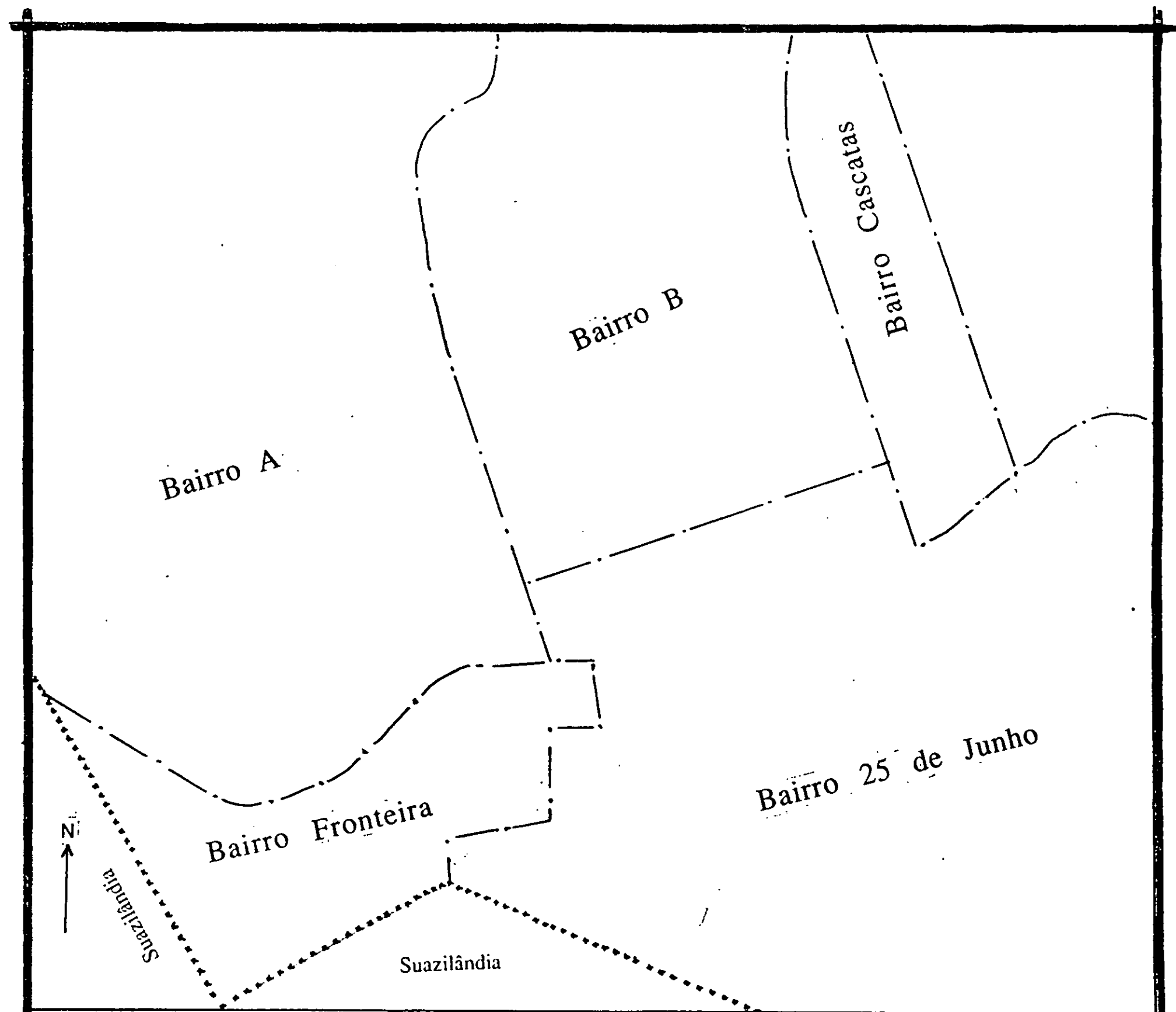
Washington DC, 1972.

Boletins Oficiais Sobre Namaacha de 1900-1974.

Boletins da República Sobre Namaacha de 1975-1995.

ANEXOS

ANEXO A



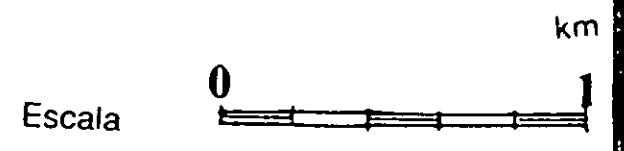
VILA DE NAMAACHA
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

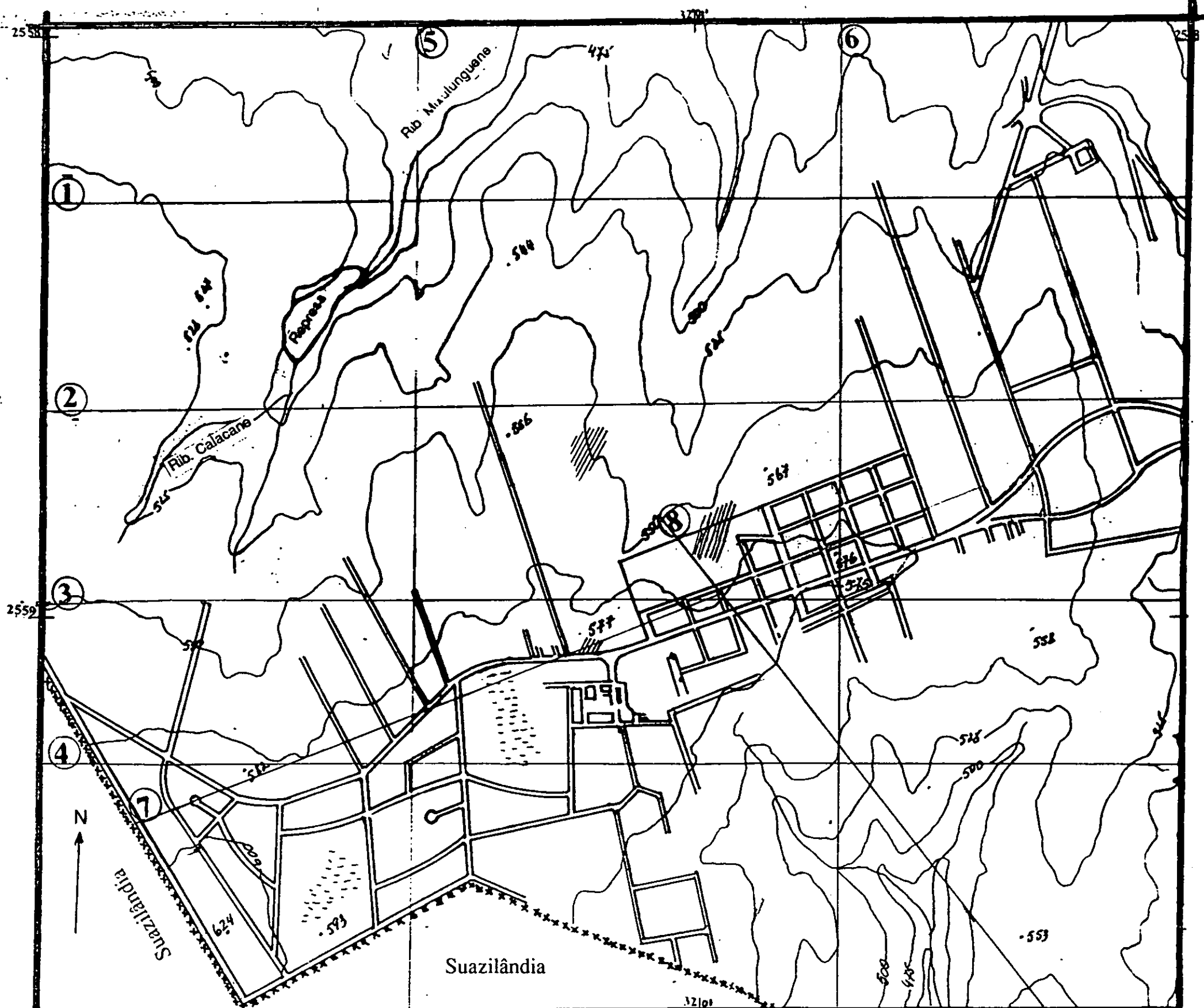
Fonte: SPPFM, 1996

Mapa 2.

Legenda

Limite de fronteira ♦ ♦ ♦ ♦ ♦ ♦
Limite de bairro — · — · — · — ·






Legenda

Limite de fronteira + + + + +

Estrada 

Curvas de nivel 

Linha de agua 

Pontos cotados - 558

Equidistância das curvas de nível 25m

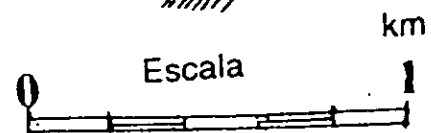
Areas de inundação temporaria 

Perfis 

Zonas de erosão 

VILA DE NAMAACHA
RELEVO

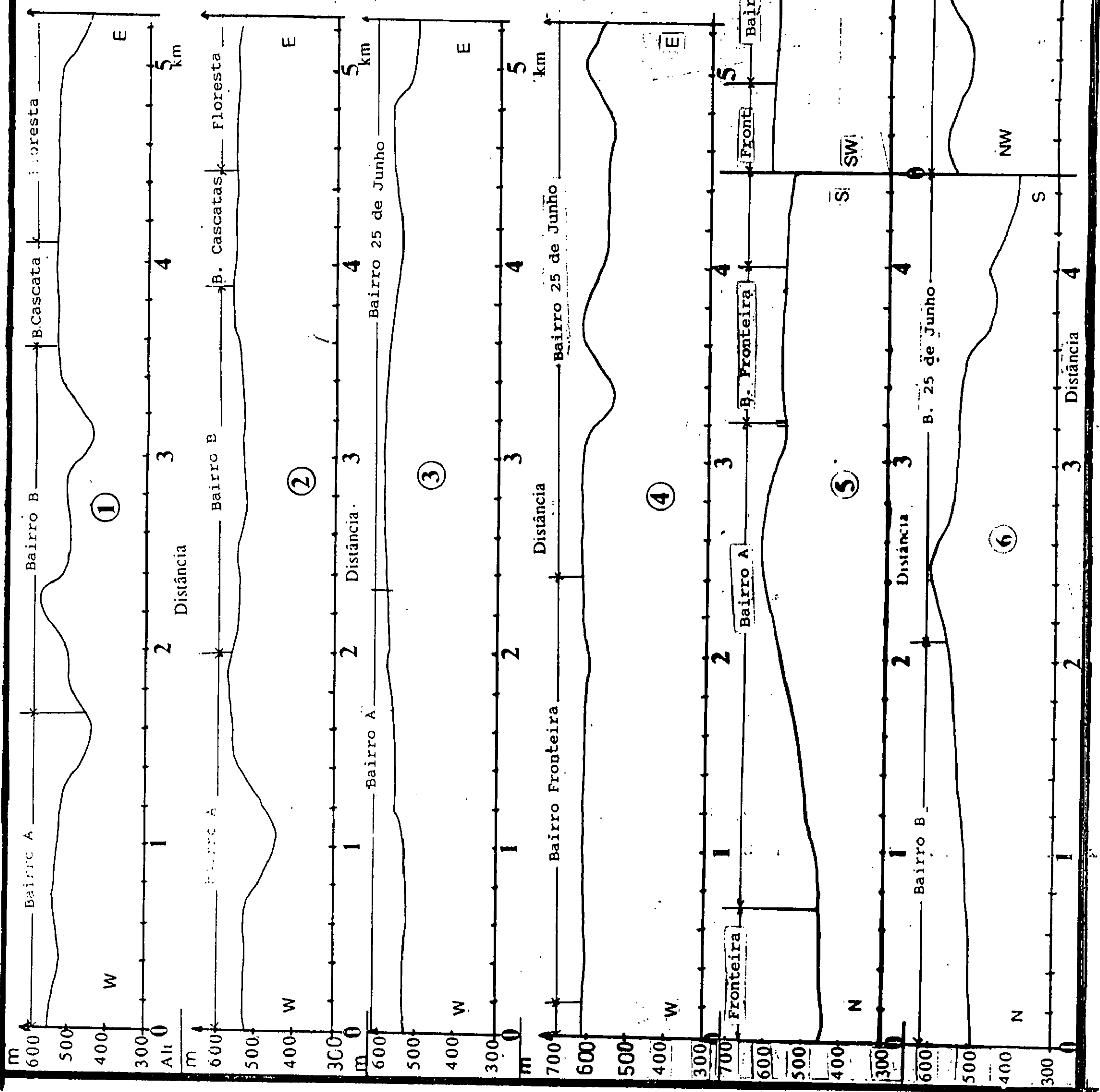
Fonte: SPPFM, 1996



Mapa 3.

Fig.1.

VILA DE NAMAACHA
Perfis topográficos



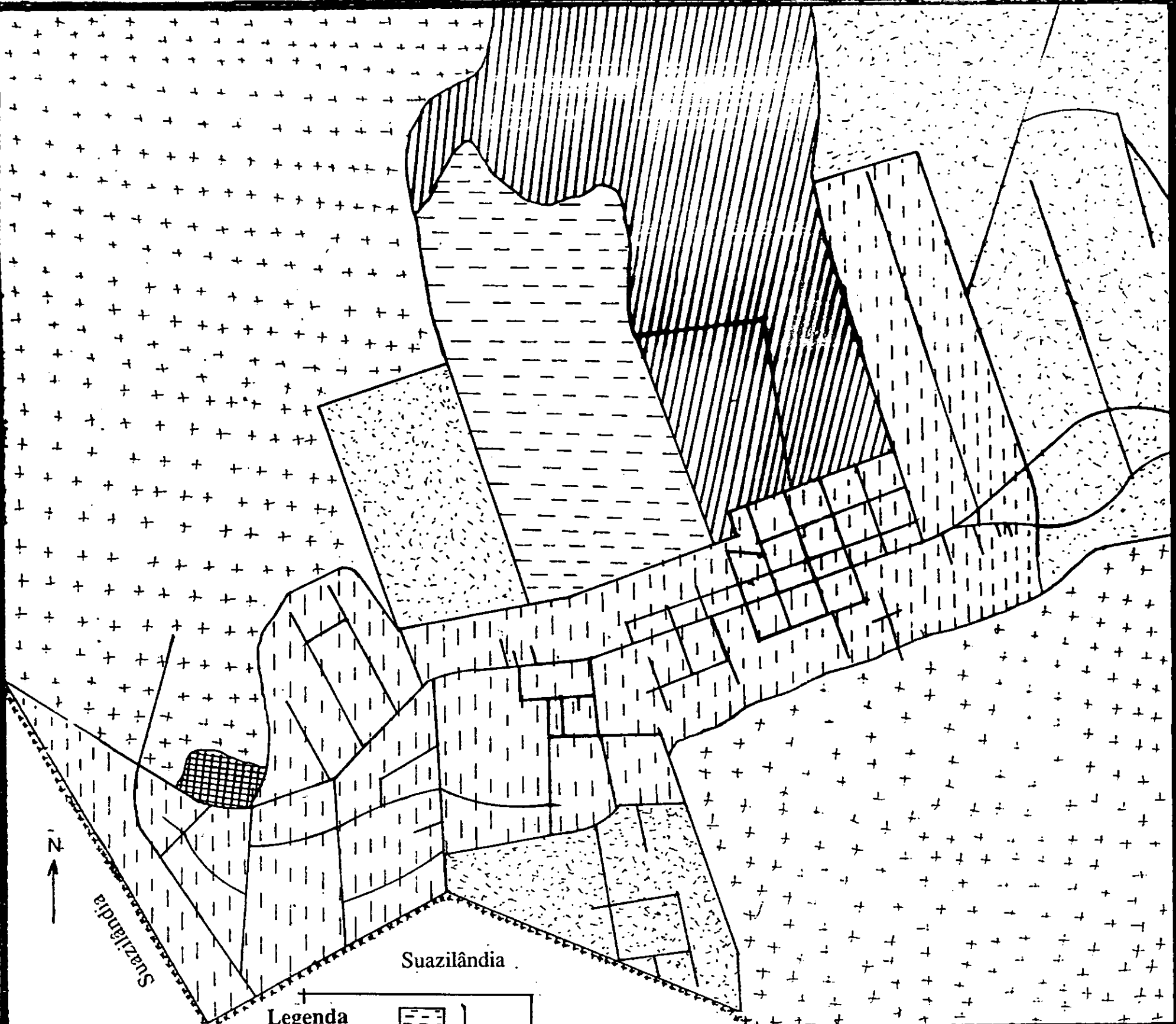
Escala horizontal 0 km
Escala vertical 0 km

Equidistância das curvas de nível 25m

Fonte: SPPFM, 1996

Matucho/1996

NE
NW
S
SE



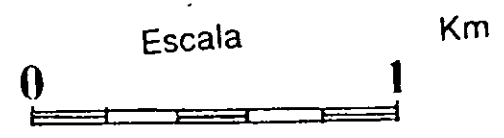
VILA DE NAMAACHA
USO DO SOLO

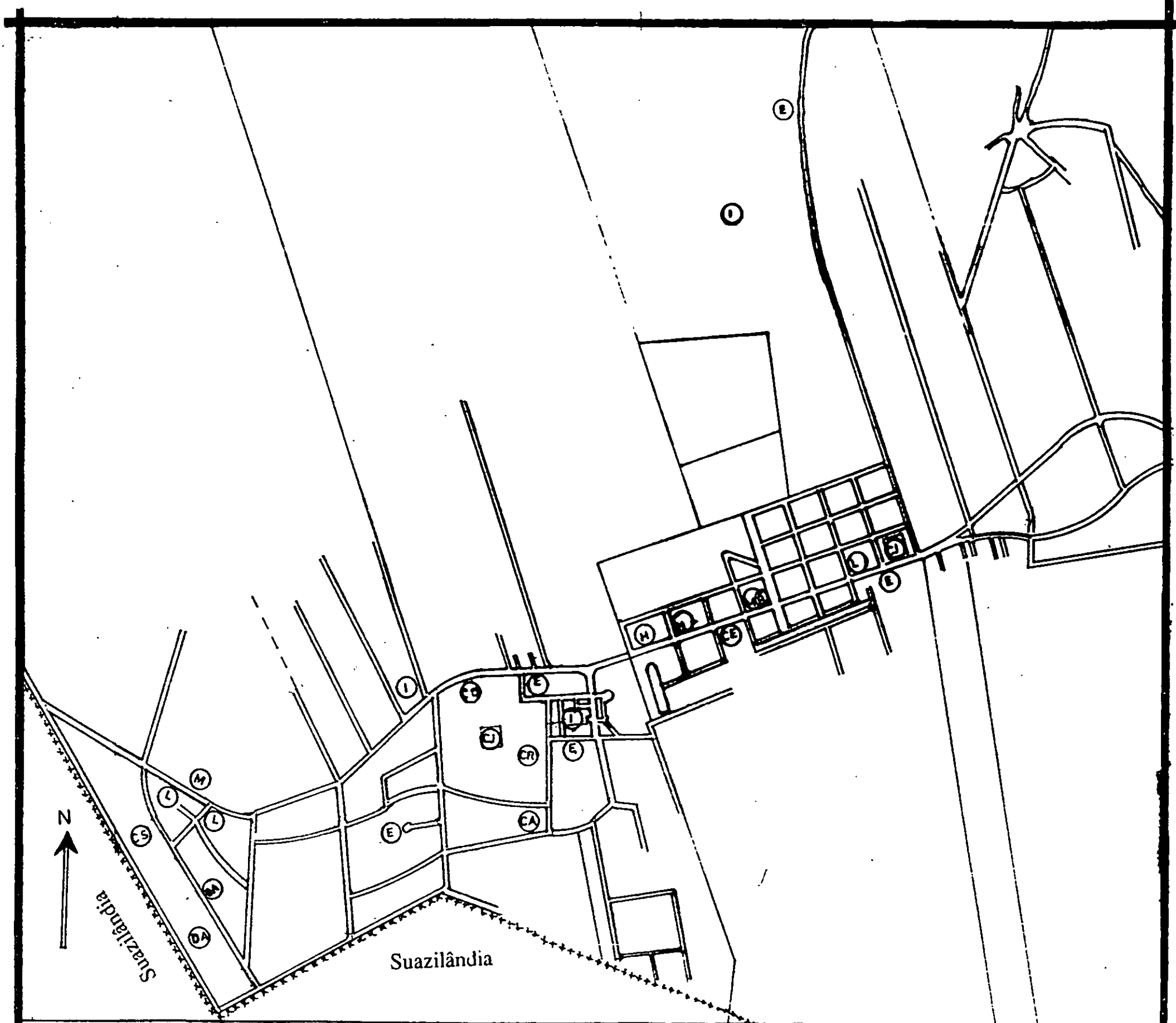
Fonte: SPPFM, 1996

Mapa 4.

Legenda

		1962	Reservas florestais
		1996	Zona de caniço
			Zona de cimento





VILA DE NAMAACHA
INFRAESTRUTURAS

Fonte: SPPFM, 1996

Mapa 5.

Legenda

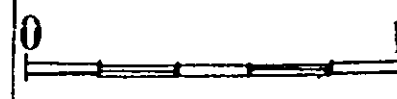
Hotel --- (H)
 Centro de Repouso --- (CR)
 Centro Social --- (SS)
 Loja --- (L)
 Central eléctrica --- (CE)

Escola --- (E)
 Centro de Saúde --- (CA)
 Depósito de água --- (DA)
 Bar Restaurante --- (B)
 Mercado --- (M)
 Clube de desportos --- (CR)
 Campo de jogos --- (C)

Igreja (I)
 Oficina-auto (OA)

Escala

Km

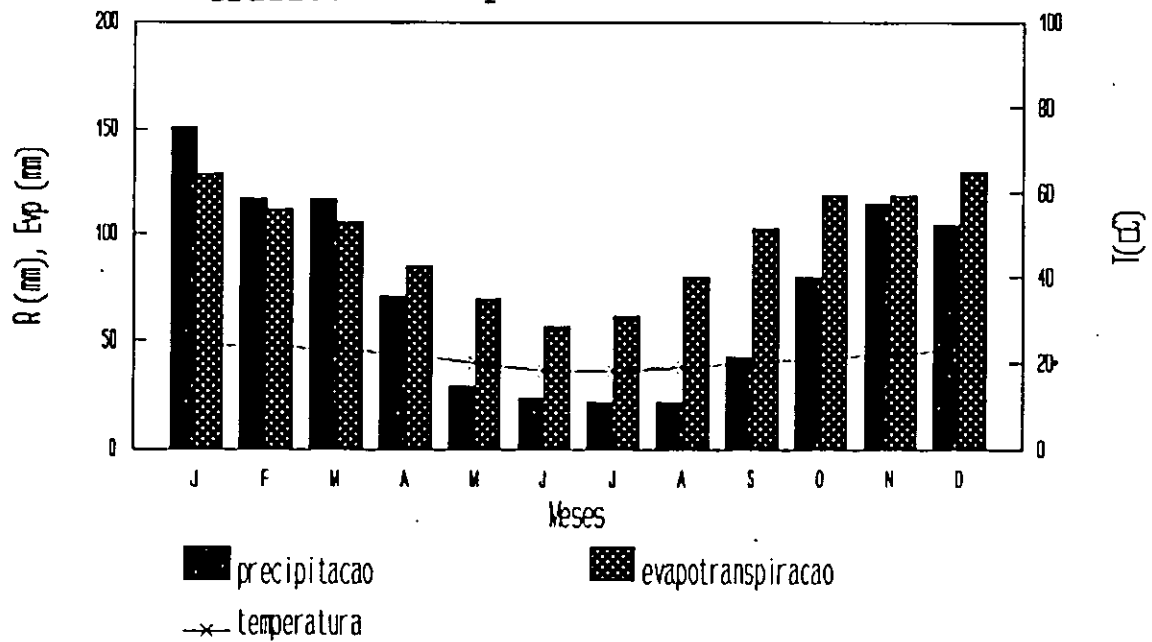


ANEXO B

X

FIG.2. ESTACAO DE NAMAACHA

Gráfico termo-pluviométrico 1950-1981

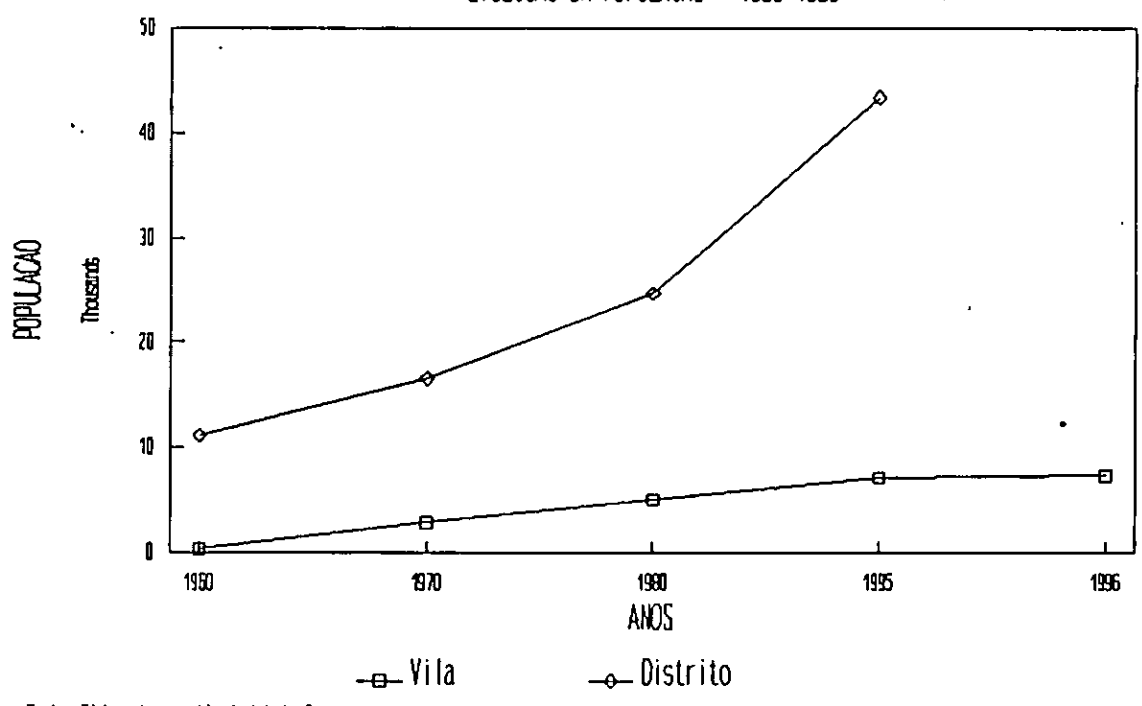


R=ZT

Fonte: Elaborada a partir da tabela 1.

FIG. 3. DISTRITO E VILA DE NAMAACHA

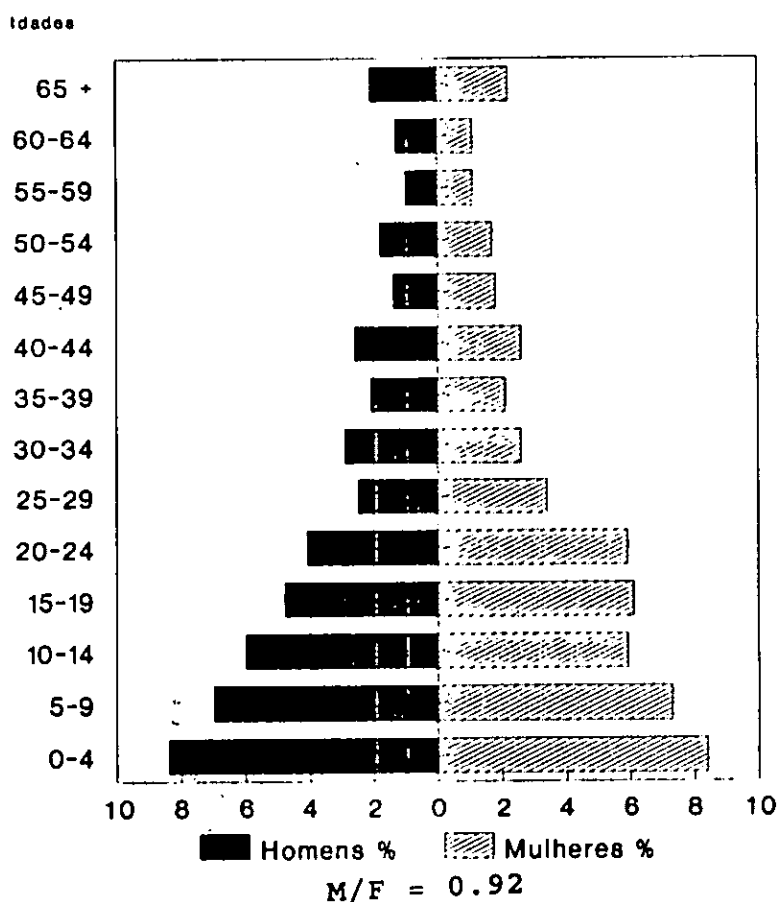
EVOLUCAO DA POPULACAO - 1960-1996



Fonte: Elaborada a partir da tabela 2.

Fig.4. Estrutura Etária

Fig.4.1. Vila de Namaacha, 1996



Fonte: UEM, Resultados de Enumeracao as familias. Namaacha, 1996.

Moçambique,

Fig.4.2.

zonas urbanas, 1987

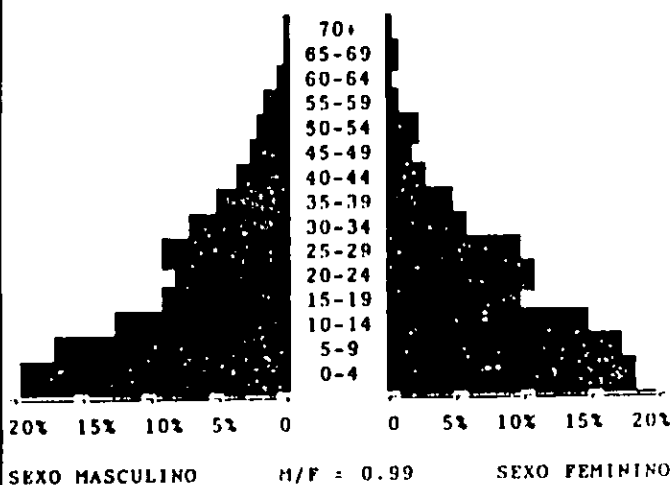
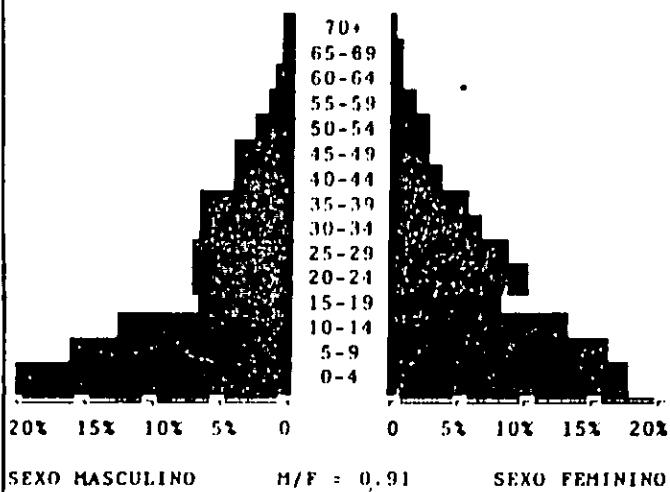


Fig.4.3.

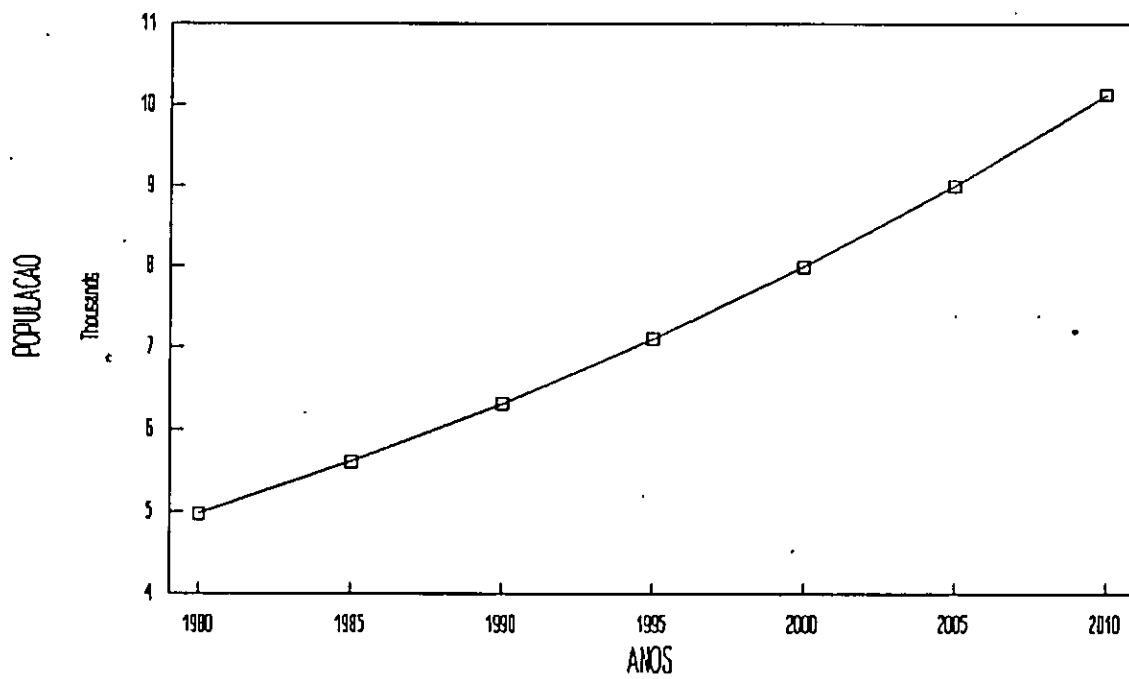
zonas rurais, 1987



Fonte: DNE, 1992

FIG.5. VILA DE NAMAACHA

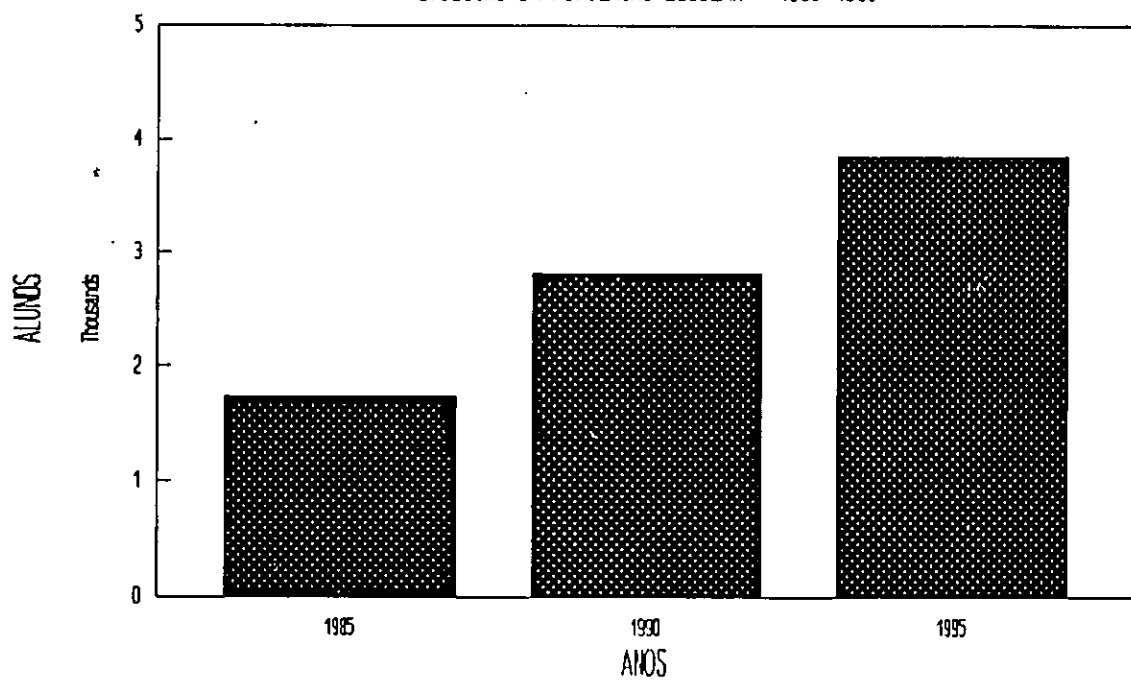
PROJECCAO DA POPULACAO - 1980-2010



Fonte: Elaborada a partir da tabela 6.

FIG.6. VILA DE NAMAACHA

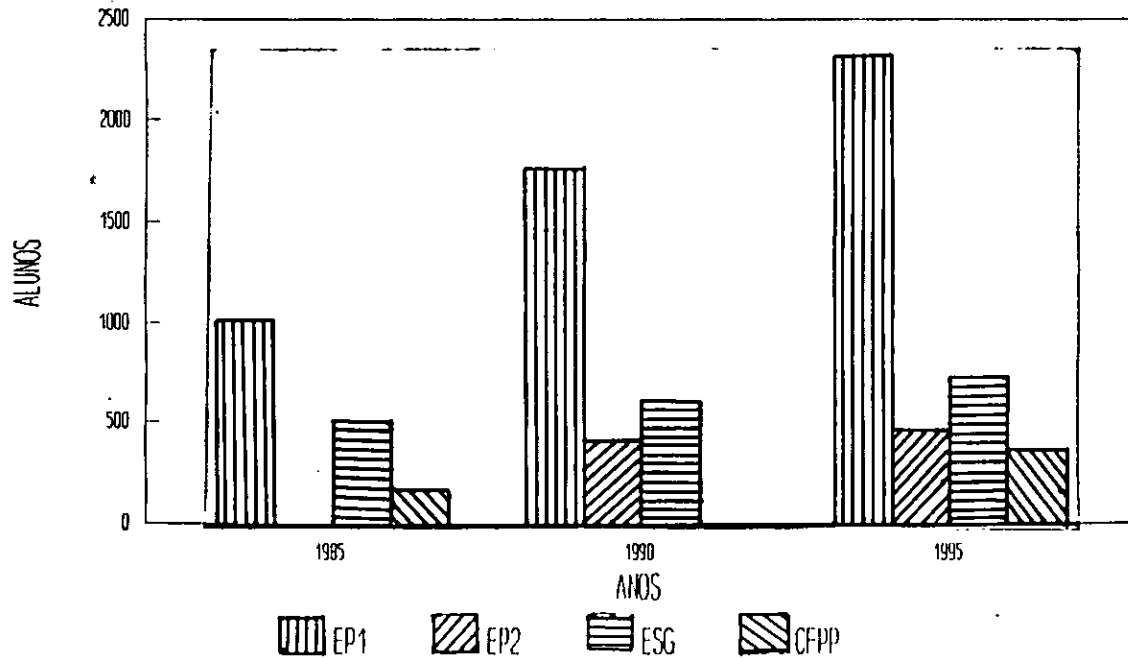
EVOLUCAO DA POPULACAO ESCOLAR - 1985-1995



Fonte: Elaborada a partir da tabela 8

FIG. 7. VILA DE NAMAACHA

EVOLUCAO DA POPULACAO ESCOLAR POR NIVEIS - 1985-1995



Fonte: Elaborada a partir da tabela 9

ANEXO C



1. Vista da paisagem da vila de Namaacha (1996)



2. Vista do bairro de caniço (bairro "B")



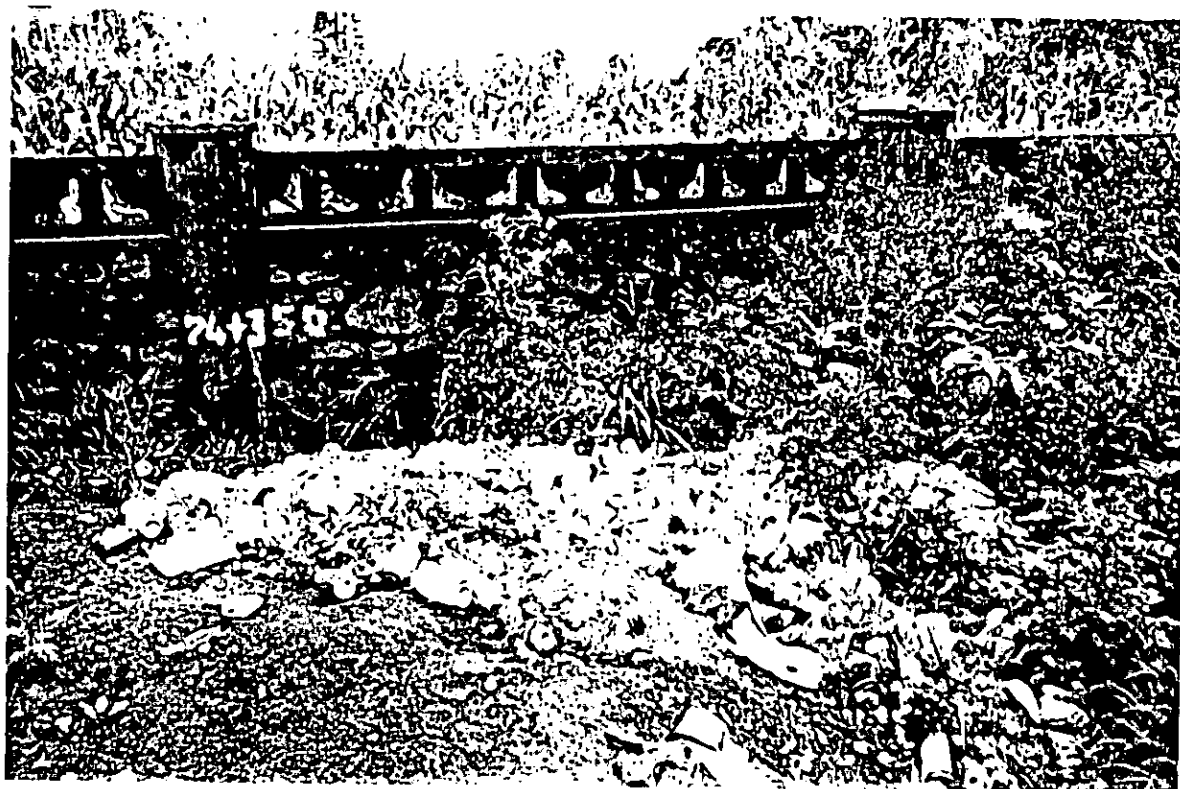
3. Paisagem agrícola (Bairro "A")



4. Degradação de imóveis (1996)



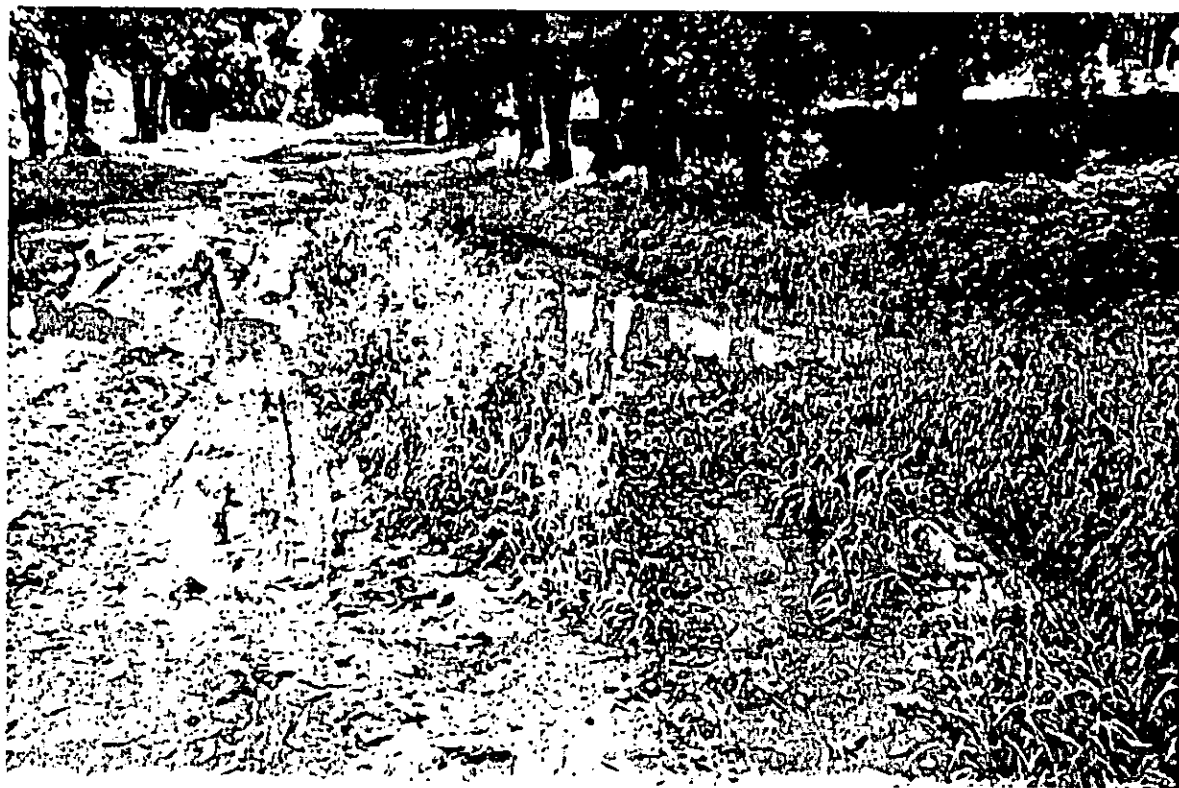
5. Novas salas de aulas (bairro "B")



6. Lixo, uma realidade



7. Desobstrução do sistema de saneamento



8) Uma das ruas de Namaacha (período chuvoso)